

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

MARCELO HENRIQUE PEREIRA

GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À
ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

UBERABA

2018

MARCELO HENRIQUE PEREIRA

GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À
ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Triângulo Mineiro sob a forma de relatório técnico, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela de Castro Melo

UBERABA

2018

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

P493g Pereira, Marcelo Henrique
Gestão do recurso da assistência estudantil destinado à alimentação
em uma Instituição de Ensino Superior / Marcelo Henrique Pereira. --
2018.
86 f. : il., graf., tab.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) --
Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018
Orientadora: Profa. Dra. Daniela de Castro Melo
Coorientadora: Profa. Dra. Heloísa Helena Oliveira Martins Shih

1. Universidades e faculdades - Custos. 2. Administração pública.
3. Estudantes universitários. 4. Estudantes - Programas de assistência.
5. Assistência alimentar. I. Melo, Daniela de Castro. II. Universidade
Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 378-057.87

MARCELO HENRIQUE PEREIRA

**GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À
ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Uberaba, 11 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Daniela de Castro Melo - Orientadora
Universidade Federal do Triângulo Mineiro



Prof. Dr. Lucas Arantes Pereira
Instituto Federal do Triângulo Mineiro



Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia de Assis Simões
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

RESUMO

Nas últimas décadas houve um intenso processo de expansão no ensino superior brasileiro e uma conseqüente transformação do perfil dos discentes ingressantes nas IFES. A elaboração de políticas públicas voltadas à assistência estudantil se faz necessária para ampliar as condições de permanência e conclusão desses estudantes. A partir de 2008, é repassado às IFES recursos oriundos do PNAES, para que as instituições possam desenvolver ações de assistência estudantil em diversas áreas estratégicas. O presente relatório técnico teve como objetivo principal desenvolver um diagnóstico organizacional da gestão da assistência estudantil, em alimentação, na UFTM. Como objetivos secundários, buscou-se compreender e descrever como é feita a gestão dos recursos do PNAES, no âmbito da UFTM, destinados à alimentação, e identificar os desafios da gestão, a fim de fazer uma proposta de intervenção, que possa contribuir para a garantia da efetiva utilização do recurso para sua finalidade: a alimentação. Trata-se de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semi-estruturada. Constituindo um estudo qualitativo, descritivo e uma pesquisa aplicada. Foi feito um diagnóstico organizacional que evidenciou preocupação com a qualidade da alimentação dos estudantes e a não garantia de utilização do recurso recebido para essa finalidade, além da baixa adesão ao único RU da instituição. A partir das constatações, foi sugerida uma proposta de intervenção, relacionada à forma de repasse e à formalização da definição do valor do auxílio, com o intuito de buscar a otimização da gestão do recurso e aumentar a quantidade de beneficiários assistidos em alimentação.

Palavras-chave: Administração Pública; Assistência Estudantil; Gestão do Recurso; Alimentação.

ABSTRACT

The last decades registered an intense expansion process of the Brazilian Higher Education and consequently, a profile change of the students starting at 'IFES'. The creation of public policies, especially to student aid, became necessary to amplify the conditions of staying and conclusion courses of these students. Since 2008, the Higher Education Institutions receive resources from PNAES to develop actions of student aid in several strategic areas. This technical report has as main goal develop an organizational diagnosis of the student aid management in meals allowance, at UFTM. As secondary goals, understand and describe how the resources from PNAES to meals allowance are managed in UFTM, and identify the management challenges, to propose an intervention that contributes to guarantee the effective application of the resources in meals allowance. This is a case study, with bibliographic research, documental and semi-structured interviews. Composed by a quantitative and qualitative study and an applied research. Was made an organizational diagnosis that shows concerns with the quality of the student's meals and the uncertain about the effective use of the resources to quality nutrition, besides the low use of the university restaurant. Based in this result, was suggested one propose of intervention, related to the way of paying and the reference value of the student aid, aiming optimize the resource management and increase the quantity of beneficiated students by the meals allowance.

Keywords: Public administration; student aid; resource management; meals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEP/CONEP - Comitê de Ética em Pesquisa / Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CEP/UFTM - Comitê de Ética em Pesquisa da universidade Federal do Triângulo Mineiro
CGU - Controladoria-Geral da União
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FMTM - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
HC/UFTM - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
IFES - Instituição Federal Ensino Superior
IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
MEC - Ministério da Educação
NAES - Núcleo de Assistência Estudantil em Saúde
PAF - Programa de Auxílio Financeiros
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU - Restaurante Universitário
SEAUX - Setor de Auxílios a Estudantes
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma representativo do NAE.....	32
Figura 2	Organograma PROACE/UFTM.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação de refeições servidas e subsidiadas no RU da UFTM em 2016.....	12
Gráfico 2	Evolução do Orçamento das Universidades Federais em valores nominais.	35
Gráfico 3	Evolução da quantidade de discentes beneficiários do Programa de Auxílios Financeiros.....	42
Gráfico 4	Execução orçamentária e números de beneficiários de auxílios alimentação na UFTM entre 2012 a 2016.....	44
Gráfico 5	Estudantes atendidos pelo PAF em cada curso – 2016.....	45
Gráfico 6	Estudantes atendidos pelo PAF, em cada unidade/campus, em 2016.....	46
Gráfico 7	Execução orçamentária do PNAES por ação/auxílio – 2016.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	A distribuição do recurso do PNAES nas IFES.....	17
Quadro 2	Instrumento de coleta de dados para as entrevistas.....	24
Quadro 3	Categorias e Subcategorias de análise.....	27
Quadro 4	Informações dos auxílios concedidos pela UFTM, entre 2010 a 2017, baseadas nos editais de ingresso.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Proposta Orçamentária Detalhada 2016 - Assistência Estudantil – PNAES.	34
Tabela 2	Execução orçamentária - Custeio/PNAES - Auxílios financeiros a estudantes (valores pagos por ano).....	36
Tabela 3	Histórico do teto de renda familiar per capita para o ingresso do PAF na UFTM.....	43
Tabela 4	Valores das refeições servidas no RU.....	55
Tabela 5	Controle de refeições servidas no RU em 2016.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	14
2.2 GESTÃO DOS RECURSOS DO PNAES NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	16
2.3 DESAFIOS NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL À ALIMENTAÇÃO	19
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 TIPO E METODOLOGIA DA PESQUISA	22
3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	23
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	24
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	25
3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	28
4 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL	29
4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM.....	29
4.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFTM.....	30
4.2.1 Orçamento do PNAES	34
4.2.2 Auxílios Financeiros a Estudantes na UFTM	39
4.3 A ALIMENTAÇÃO NA UFTM	46
4.4 O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA UFTM.....	53
4.5 DESAFIOS DA GESTÃO - PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS	57
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	62
6 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	66
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	77
ANEXO 2 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFTM	80
ANEXO 3 - RELAÇÃO DO ALUNADO DA UFTM (ENTRE 2005 E 2016)	84
ANEXO 4 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS NA UFTM ENTRE 2010 E 2016	86

1 INTRODUÇÃO

A expansão do acesso à educação superior que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil se dá, dentre vários fatores, devido à interiorização e criação de novas Universidades, resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Segundo Branco et al. (2016), a partir desse aumento da quantidade de vagas ofertadas pelas universidades federais, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) passaram a ser o foco de discussões sobre o acesso ao ensino superior brasileiro.

Além do aumento quantitativo de estudantes, devido à política de cotas criada em 2012, houve um aumento ainda maior daqueles estudantes⁰ que são público-alvo da Assistência Estudantil. De acordo com o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil, tem-se como objetivos:

Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como objetivo oferecer, aos estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, assistência em relação à moradia, à alimentação, ao transporte, à atenção à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, ao acompanhamento pedagógico, dentre outras áreas estratégicas (BRASIL, 2010).

Os parâmetros para a seleção dos estudantes consideram o perfil socioeconômico e outros critérios, definidos de acordo com a realidade de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Assim, cada instituição faz a gestão de quais auxílios serão disponibilizados e como será feita a execução do recurso (BRASIL, 2007).

Em contrapartida à expansão do número de vagas, o orçamento destinado à Assistência Estudantil, oriundo do PNAES, não conseguiu acompanhar a evolução da quantidade de vagas ofertadas nas IFES e muitas universidades precisaram limitar o número de auxílios financeiros concedidos e/ou diminuir o limite da renda familiar per capita dos discentes contemplados pela Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012).

Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Assistência Estudantil é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) e efetiva-se por

meio dos auxílios alimentação, transporte, moradia e acadêmico. A partir da análise dos editais de ingresso no Programa de Auxílios Financeiros (PAF) da UFTM, observa-se que, até o ano de 2015, foi possível atender a todos os estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Entretanto, em consequência da insuficiência orçamentária, a gestão optou por diminuir a renda familiar per capita para ingresso no PAF, passando a ser de até R\$ 880,00 em 2016 e, a partir de 2017, R\$ 754,00. Esse valor equivale a apenas 53% do que é objetivado pelo PNAES para esse ano. Isso resultou na exclusão de alguns beneficiários, por meio do processo de reavaliação já previsto na regulamentação do Programa, e restringiu ainda mais a inclusão de novos estudantes, com o novo limite de teto de renda familiar per capita.

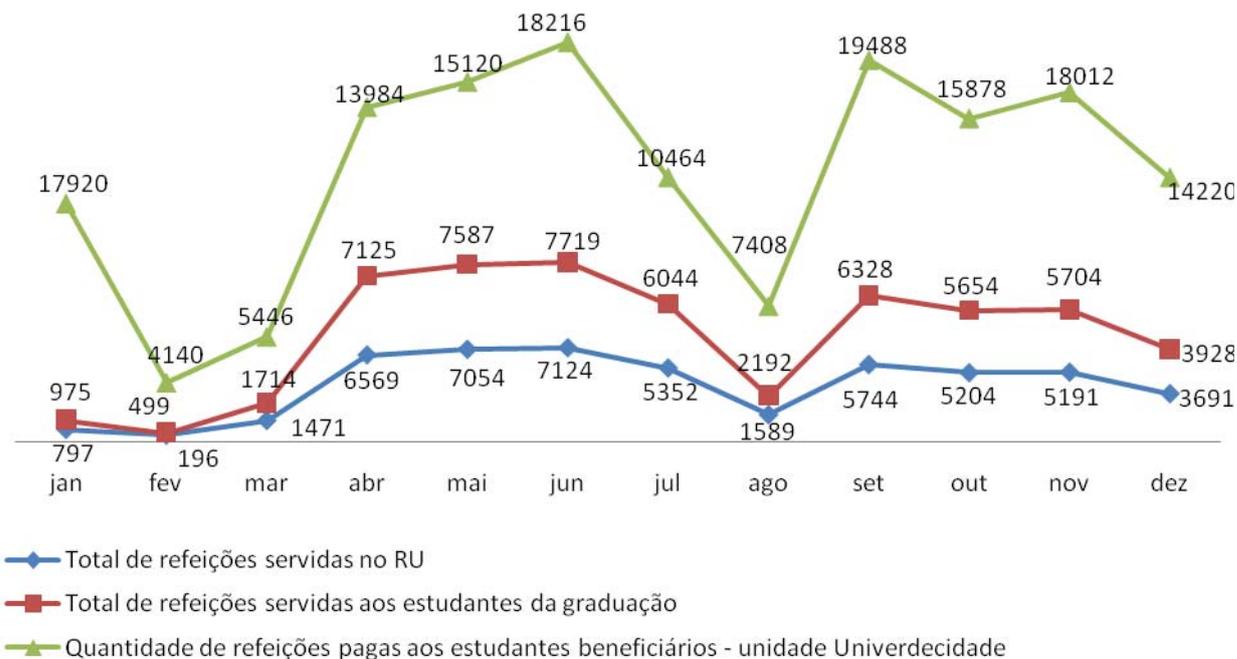
No que se refere ao auxílio alimentação, de acordo com o Relatório de Gestão da PROACE da UFTM, no ano de 2016, foi gasto um total de R\$ 3.423.755,20 e foram atendidos 1588 estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c). Esse auxílio alimentação é pago, em pecúnia, em conta corrente de titularidade dos beneficiários. O cálculo do valor do auxílio é feito por dia letivo, de acordo com o calendário acadêmico, a partir dos valores praticados no Restaurante Universitário - RU, de uma das unidades da UFTM. O objetivo é que os estudantes atendidos pela assistência estudantil tenham acesso gratuito a almoço e jantar no RU. Porém, com o pagamento do auxílio em conta corrente, é decisão do beneficiado fazer ou não suas refeições no RU.

De fato, desde sua implementação em maio de 2014, o RU tem servido uma quantidade de refeições menor do que a quantidade de estudantes atendidos pela assistência estudantil que estudam na unidade na qual o RU está instalado.

O gráfico 1 apresenta um comparativo entre a quantidade de refeições servidas no RU, no ano de 2016, e a quantidade de refeições que são pagas com recursos do PNAES diretamente aos beneficiários, em pecúnia, sob a forma de depósito em conta corrente de sua titularidade. Dentre o total de refeições servidas no RU, o valor das refeições servidas a todos os estudantes da graduação recebe um subsídio parcial, pago com arrecadação própria da UFTM, advinda de aluguéis pagos pelas empresas terceirizadas referente à cessão de espaço e uso das instalações. Não são subsidiadas refeições para servidores, estudantes de pós-graduação e comunidade externa. O subsídio na refeição para todos os estudantes da graduação, que não é pago com os recursos do PNAES e sim, com parte do orçamento geral disponibilizado pela universidade, é uma importante contribuição para a execução da política

de assistência estudantil (SILVEIRA, 2012). Isto ocorre porque, com o subsídio, o valor de cada refeição diminui e o volume de recursos do orçamento do PNAES que precisa ser utilizado para pagamento do auxílio alimentação também diminui.

Gráfico 1 – Relação de refeições servidas e subsidiadas no RU da UFTM em 2016.¹



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

Percebe-se que, se os beneficiários do auxílio alimentação realizassem suas refeições diretamente no RU, a quantidade de refeições servidas aumentaria, em média, quase seis vezes. O auxílio alimentação, ao se materializar em isenção em relação às refeições no RU, ao invés de ser pago em espécie aos beneficiários, permitiria que o orçamento do PNAES, destinado à alimentação, fosse utilizado em uma alimentação balanceada e de qualidade, além de possibilitar o melhor controle da utilização efetiva desse auxílio. Isso porque a instituição tem o controle da composição da alimentação servida no RU, o que se prevê no processo de licitação, desde o seu Termo de Referência.

Diante de uma crise financeira e política instaurada no país, em que os recursos destinados à Assistência Estudantil não conseguem atender à atual demanda e, ainda, nem

¹ **Total de refeições servidas no RU** - O termo se refere a todas as refeições servidas, incluindo estudantes da graduação e pós-graduação, servidores e visitantes.

Total de refeições servidas aos estudantes da graduação – O termo se refere às refeições servidas aos alunos da graduação – todas recebem um subsídio do orçamento geral da UFTM no valor de R\$2,40.

Quantidade de refeições pagas aos estudantes beneficiários - unidade Univerdecidade - O termo se refere à quantidade de refeições que são pagas em espécie, sob forma de auxílio alimentação – Orçamento PNAES.

mesmo se tem a garantia da continuidade da Política de Assistência Estudantil, considerando que se trata de uma política de governo, faz-se necessária uma análise da forma como está sendo feita a gestão desses recursos, buscando sua melhor utilização.

Nesse sentido, como os recursos do PNAES destinados à alimentação podem ser melhor gerenciados, de modo a assegurar uma execução mais eficiente da política de assistência estudantil na UFTM?

A proposta deste trabalho visou contemplar uma recomendação feita pelo Ministério da Educação (MEC) às Universidades Federais, por meio do Ofício Circular nº2/2017/DIPES/SESU/SESU-MEC (BRASIL, 2017), no qual se recomenda fazer uma revisão dos normativos que regulamentam o PNAES, especificamente, no que se refere ao repasse de recursos. Além de auxiliar a UFTM a melhor gerenciar os recursos advindos desse programa para a alimentação estudantil, este trabalho pode contribuir para que outras IFES repensem a gestão desses recursos, colaborando ainda para a ampliação de pesquisas relacionadas à assistência estudantil, uma área que segundo Andrade e Teixeira (2017) é carente de conteúdo.

O presente relatório técnico está estruturado em quatro partes. Inicialmente, no referencial teórico, discute-se a importância e a realidade da Assistência Estudantil no país. Na sequência, apresenta-se o método de pesquisa e, em seguida, o diagnóstico organizacional. Por fim, recomenda-se a proposta de intervenção.

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo principal desenvolver um diagnóstico na gestão da assistência estudantil à alimentação na UFTM. Como objetivos secundários, buscou-se compreender e descrever como é feita a gestão dos recursos do PNAES, no âmbito da UFTM, destinados à alimentação, e identificar as dificuldades e desafios da gestão, a fim de fazer uma proposta de intervenção que possa contribuir para a garantia da efetiva utilização do recurso para sua finalidade: a alimentação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste relatório técnico o referencial teórico de sustentação é composto por publicações, trabalhos e diversos documentos oficiais relacionados à assistência estudantil. A revisão bibliográfica realizada para o desenvolvimento do referencial teórico tem foco nas pesquisas realizadas prioritariamente nos últimos cinco anos, a fim de identificar os estudos mais recentes sobre a assistência estudantil publicados em periódicos internacionais, revistas científicas, teses e dissertações e publicações em eventos científicos. As discussões centrais passam pelo contexto histórico da política de assistência estudantil no país, e sobre como é feita a gestão desse recurso, dentro da realidade de cada instituição, com seus desafios e especificidades.

2.1 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)

O Brasil apresenta-se em um ritmo acelerado de crescimento, em relação às demandas sociais e educacionais, há vários anos. Para acompanhar esse crescimento, que caminha em conjunto com as mudanças políticas e educacionais, é importante que sejam formuladas medidas práticas para enfrentar os gargalos educacionais que surgem no desenvolvimento do sistema educacional brasileiro (OLIVEIRA, 2017).

Em 2007, foi instituído o REUNI por meio da publicação do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Tal programa propunha reformas no acesso e na estrutura do ensino superior público brasileiro, objetivando a elevação da taxa global de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e a ampliação das vagas para ingresso (BRASIL, 2007).

Assis et al. (2013) mostram que a expansão das universidades brasileiras acarretou em aumento significativo do número de vagas no ensino superior, como era proposto pelo próprio REUNI, mas exigiu a criação de políticas de inclusão, que garantissem não só o acesso, mas também a permanência e conclusão de cursos superiores pelos estudantes oriundos das camadas socioeconomicamente desprestigiadas da população brasileira. Essas políticas revelaram-se de fundamental relevância para a efetivação dos objetivos do REUNI.

Nesse contexto, houve a implementação tanto do ingresso de estudantes, no ensino superior público federal, por meio do SISU, a partir das notas obtidas no ENEM, quanto da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas

nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos integralmente do ensino médio de escolas públicas, buscando a diminuição das desigualdades social, econômica, cultural e política (BRASIL, 2012). Antes da aprovação da Lei de Cotas em 2012, poucas instituições de ensino, como a Universidade de Brasília, já adotavam uma política para reserva de vagas. Contudo a partir de 2013, todas as instituições federais de ensino precisaram se adaptar aos critérios da lei (SILVA; BRAGA, 2018).

O maior acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica às universidades, decorrente da reserva de vagas, demandou a revisão das políticas de assistência estudantil, sem as quais eles não teriam iguais condições de permanência e conclusão do curso (BRANCO et al., 2016).

As Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis foram instituídas nas IFES, com o objetivo de atender às demandas crescentes acarretadas pela expansão universitária. Também foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que congrega os dirigentes dessas Pró-Reitorias, bem como as equipes destinadas à assistência estudantil. Esse Fórum realizou inúmeras e abrangentes pesquisas, a fim de estabelecer subsídios concisos para formulação de uma política de assistência estudantil, que fosse capaz de atender às demandas de todo o território nacional. Essas pesquisas identificaram um diferente perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior, resultando na elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, cuja versão final foi encaminhada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), no ano de 2007 (DUTRA; SANTOS, 2017).

A partir do estudo desenvolvido, foi elaborado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que entrou em vigor no ano de 2008, por meio da Portaria Normativa n.39 de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (BRASIL, 2007). E, posteriormente, houve a publicação do Decreto 7.234/2010 que dispõe sobre o Programa (BRASIL, 2010).

O PNAES marcou o estabelecimento de recursos orçamentários específicos para a assistência estudantil na educação superior pública brasileira. O programa também prevê parâmetros nacionais a serem adotados pelas IFES, de acordo com suas especificidades, necessidades e áreas de atuação e garante autonomia para as instituições gerirem os recursos dentro desses parâmetros (GOMES; PASSOS, 2018).

O PNAES tem como objetivo principal fornecer subsídios para que os estudantes em

vulnerabilidade socioeconômica permaneçam e concluam os cursos de graduação nas IFES, além de contribuir para um melhor desempenho desses acadêmicos, em seus cursos, na tentativa de evitar a repetência e evasão (ASSIS et al., 2013).

O programa estabelece algumas áreas estratégicas, nas quais os recursos orçamentários devem ser utilizados, como moradia estudantil, alimentação, acompanhamento pedagógico, transporte, cultura, dentre outras. O orçamento do PNAES possibilita o desenvolvimento de ações de assistência estudantil, buscando a permanência, mas também o acompanhamento do graduando na realização de suas atividades curriculares e demais atividades acadêmicas, promovendo a sua inserção, de modo mais efetivo, na dinâmica das universidades. Torna-se, assim, um importante instrumento de composição do processo educativo e se instaura como base fundamental para o engajamento dos estudantes no tripé ensino, pesquisa e extensão das IFES (COSTA, 2016).

Dada sua importância para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos superiores nas instituições públicas no Brasil, a assistência estudantil é uma política fundamental, no sentido de fornecer a esses estudantes melhores condições de permanência e conclusão da graduação. Segundo Andrade e Teixeira (2017), as poucas pesquisas sobre esse tema não são suficientes para que se tenha a clareza necessária do que seja fazer assistência estudantil. Para os autores, isso se deve, provavelmente, ao fato do termo “assistência estudantil” não estar ainda bem compreendido, tanto pelos gestores, quanto pelos próprios estudantes. Os autores indicam também que esse mal entendimento pode estar ligado ao histórico brasileiro, em que o termo “assistência estudantil” era empregado exclusivamente para designar a ação de concessão de auxílios financeiros, de moradia e de alimentação.

2.2 GESTÃO DOS RECURSOS DO PNAES NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A verba destinada ao PNAES é repassada às IFES diretamente do Tesouro Nacional Brasileiro, tendo, assim, a sua execução descentralizada. Como resultado, as IFES ficam responsáveis pela implementação dos programas de assistência, bem como pelos critérios de seleção dos discentes que serão beneficiados, de acordo com suas necessidades e especificidades, permitindo uma maior eficiência na execução do recurso (IMPERATORI, 2017; VASCONCELOS, 2010).

FONAPRACE (2012) aponta que uma das maiores preocupações, em relação aos entraves para a execução de uma política de assistência estudantil eficiente no país, é no que se refere ao financiamento insuficiente para a realização dessa política.

Em relação à forma como o programa de assistência estudantil é executado, Silveira (2012) se deparou, em sua pesquisa, com muitas variantes na execução da política de assistência estudantil em diferentes instituições. De acordo com os editais de seleção dos discentes a serem beneficiados, existe uma grande diversificação que abrange desde a terminologia utilizada para a definição das bolsas ou auxílios; a forma como o recurso é distribuído, se desmembrado em diferentes auxílios ou constituído como uma bolsa para permanência e até o tempo de vigência do benefício para os estudantes. A seguir, no quadro 1, apresenta-se a síntese dessa realidade.

Quadro 1 – A distribuição do recurso do PNAES em algumas IFES

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE PERMANÊNCIA
1	UFABC	Programa Bolsa Permanência, no valor de R\$ 400,00; contrapartida: a participação em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
2	UFCSPA	Auxílio permanência no valor de R\$ 330,00.
3	UFERSA	Programa Institucional Permanência, dividido em dez modalidades.
4	UFFS	Programa Bolsa Permanência, valor entre R\$150,00 a R\$300,00.
5	UFGD	Programa Bolsa de Permanência, no valor de R\$300,00. Aluno tem que participar de atividades extracurriculares.
6	UFOPA	Programa Bolsa Permanência desmembrado em auxílios: alimentação, transporte, moradia, material didático-pedagógico
7	UFRB	Auxílio permanência, parte do Programa de Permanência Qualificada, no valor de R\$300,00; contrapartida: a participação em projetos institucionais.
8	UFTM	Auxílios alimentação, transporte e moradia. Auxílio Acadêmico, contrapartida de participação de projetos extracurriculares;
9	UFTPR	Programa Bolsa Permanência dividido em auxílio alimentação e auxílio básico.
10	UFVJM	Programa Bolsa Permanência, dividido nas modalidades: Bolsa Acadêmica e/ou Bolsa Atividade.
11	UNIFAL	Auxílio permanência, do Programa de Assistência Estudantil, no valor de R\$200,00.
12	UNILA	Programa Bolsa de Permanência; contrapartida: participação em projetos.
13	UNILAB	Não foi encontrada nenhuma ação.
14	UNIPAMPA	Programa Bolsa de Permanência, dividido em Auxílios Alimentação, Moradia e Transporte.

Fonte: Adaptado de SILVEIRA, 2012.

Mussio (2015) buscou saber quais eram e de que forma as ações relacionadas à alimentação eram desenvolvidas nas IFES do país. Em sua pesquisa, que envolveu quarenta e duas universidades federais brasileiras, identificou que o RU é a atividade com maior prevalência. Em seguida, o auxílio alimentação é a ação que mais aparece, sendo, na maioria das vezes, uma forma de suporte ou subsídio ao RU.

Angelim (2010) faz uma análise em relação à implementação da política de assistência estudantil no país:

De modo geral, a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (ANGELIM, 2010, p.2).

Como são as próprias IFES as responsáveis pela gestão dos recursos, é de suma importância que essas possuam mecanismos para acompanhar e avaliar essa gestão. É necessário utilizar indicadores para acompanhamento e avaliar as melhorias apresentadas pelos estudantes usuários. Dessa forma, com acompanhamento e avaliações periódicas, as políticas de assistência estudantil estão mais susceptíveis ao sucesso (CONDÉ, 2012).

Resultados de uma pesquisa feita por Assis (2013), realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), revelaram a necessidade de avaliação da política de assistência estudantil na instituição, a fim de identificar as reais necessidades dos estudantes que são público-alvo do programa e obter informações e dados para subsidiar o desenvolvimento de novas ações e medir a eficácia daquelas já implementadas.

Diante da conjuntura de uma grande diversidade em relação à forma de como é feita a gestão dos recursos da assistência estudantil em cada IFES e considerando as peculiaridades de cada instituição, Bardagi et al. (2010) apontam dificuldades em efetivamente avaliar ações relacionadas à assistência estudantil, diante dos objetivos de apoio à permanência dos estudantes e da diminuição da retenção e evasão.

Em uma auditoria para avaliar o PNAES, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2016, verificou-se a carência de instrumentos de controle e avaliação das ações relacionadas à política de assistência estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c).

Diante disso, o MEC encaminhou para as IFES o Ofício Circular nº2/2017/DIPES/SESU/SESU-MEC (BRASIL, 2017) em que recomenda a criação desses instrumentos, com o objetivo de avaliar e acompanhar a execução dos auxílios que são

concedidos no âmbito do PNAES, buscando verificar se de fato esse apoio contribui para a permanência e a conclusão dos cursos com sucesso.

A avaliação dos programas sociais, coleta de dados relevantes de medição de eficácia e custos é fundamental, pois, caso alguma adaptação a ser feita seja observada, há um estudo prévio que norteia as discussões, a fim de se corrigir o que for necessário. A autonomia universitária permite que as universidades e as Pró-Reitorias envolvidas, em conjunto com os usuários dos recursos, mesmo sem receber subsídios para realizar tais acompanhamentos e avaliações, criem mecanismos próprios com esse objetivo, levando em consideração a realidade local de cada instituição (SANCHES, 2013).

2.3 DESAFIOS NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL À ALIMENTAÇÃO

Em meio a avanços obtidos, em relação à política pública voltada para a assistência estudantil, percebe-se que há esforços direcionados para que essa política se firme como efetiva. Contudo, entende-se que os recursos do PNAES são insuficientes para ter a abrangência e atender a todos os objetivos a que o programa se propõe (CARVALHO, LEDUÍNO, 2012; ALVAREZ ESTRADA, 2014; SILVEIRA, 2012; VASCONCELOS, 2010).

De acordo com Andrés (2011), em se tratando de aspectos da assistência estudantil, nas universidades públicas, a alimentação está entre os principais indicadores sociais de sobrevivência e o RU é um importante instrumento de satisfação de necessidades básicas, educativas e de ação social.

Constituída como um dos direitos humanos fundamentais, a alimentação, segundo perspectivas apresentadas nos estudos de Oliveira (2007), somada à educação, torna-se a base e a garantia do desenvolvimento pessoal. O direito à alimentação de qualidade, contínua, equilibrada e segura, segundo o autor, deveria ser o objetivo de todos os programas de assistência voltados à alimentação, pois impactam positivamente na qualidade de vida dos usuários, além do desenvolvimento não apenas físico, mas também intelectual de cada pessoa.

Silveira (2012) afirma que, em relação às estratégias de permanência do PNAES, a alimentação, como uma política de assistência estudantil, é fundamentalmente importante, pois está ligada ao atendimento de necessidades básicas e à garantia de acesso à alimentação adequada. A autora constatou, em sua pesquisa, que, em todas as instituições pesquisadas, existe um programa de auxílios/bolsas para alimentação. No entanto, há variações quanto à maneira pela qual se distribui esse recurso, ora pagando-se em pecúnia, direto na conta dos

estudantes, ora por meio da disponibilização de cartão alimentação para utilização em restaurantes cadastrados ou, ainda, concedendo isenção total ou parcial aos beneficiados no pagamento das refeições no RU. Essas variações estão relacionadas à autonomia que as IFES têm na gestão dos recursos do PNAES e à existência, ou não, de RU nas instituições.

Costa et al. (2017) apontam que os restaurantes universitários, em muitas universidades públicas, são grandes responsáveis pelo serviço de alimentação e nutrição da comunidade acadêmica, fornecendo alimentação equilibrada, adequada às necessidades nutricionais particulares de seus usuários. As refeições, nesses restaurantes, são preparadas e servidas conforme as características alimentares dos usuários, bem como dos equipamentos, dos recursos humanos e financeiros disponíveis para prática dos serviços.

Dada a importância da alimentação para a política de assistência estudantil, o RU se mostra como um elemento significativo, constituindo um serviço fundamental para a comunidade acadêmica. A administração do RU geralmente é das Pró-Reitorias de assistência estudantil e há bastante diferenciação quanto à forma de gestão dos restaurantes universitários brasileiros, sendo a terceirização, a forma mais comum de manutenção dos restaurantes (SILVEIRA, 2012).

Analisando o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) sobre a forma de repasse do auxílio alimentação, percebe-se que houve uma preocupação dos gestores quanto à garantia da destinação correta para utilização do referido auxílio. A princípio, o auxílio era pago em pecúnia na conta dos acadêmicos, porém observou-se que uma pequena parcela de beneficiários estava utilizando o RU do campus Palmas, não sendo possível garantir que o auxílio fosse realmente utilizado para a alimentação (DIAS, 2015).

Para tanto, foi necessária uma mudança na forma de concessão desse auxílio, passando-se então de pagamento em pecúnia, em conta de titularidade dos beneficiários, à emissão de um *ticket* para o uso do RU. Com essa alteração, os gestores dos recursos conseguiram a garantia de que o recurso destinado à alimentação fosse efetivamente utilizado para essa finalidade (DIAS, 2015).

Também atestam a importância da utilização do auxílio alimentação nos RUs Cattafesta et al. (2012), segundo os quais 76% de uma amostra de 208 estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) relataram que a refeição fornecida pelo Restaurante Universitário da instituição é a sua principal refeição do dia. E ainda, 86% informaram que utilizavam o RU pelo menos três vezes na semana. Esses dados demonstram

a importância dessas unidades frente à saúde e à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por parte dos usuários, o que certamente proporciona as condições fisiológicas necessárias para o bom desempenho das atividades acadêmicas (BENVINDO; PINTO; BANDONI, 2017).

De acordo com Oliveira (2007), os especialistas da área de alimentos e nutrição são habilitados para calcular as necessidades alimentares dos indivíduos e identificar os alimentos e suas respectivas proporções necessárias para uma boa nutrição. Nesse sentido, a alimentação deveria ser prioridade da assistência estudantil. Segundo pesquisa feita por Dias (2015), é possível observar que o RU pode ser utilizado como um mecanismo de combate à evasão escolar, devido a sua importância para a boa alimentação dos estudantes.

Depois de apresentar pesquisas que apontam a importância da alimentação e conseqüentemente do RU na política de assistência estudantil e, ainda, a forma de gestão dos recursos destinados à alimentação, em algumas IFES brasileiras, passa-se a apresentar a metodologia a partir da qual este trabalho foi realizado.

3 METODOLOGIA

Apresentam-se, nesta seção, os procedimentos utilizados para a realização do trabalho, identificando o tipo e a delimitação da abrangência da pesquisa; as formas de investigação do objeto; as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados; e os aspectos éticos da pesquisa.

A metodologia proposta visa a uma avaliação da realidade e da política de assistência estudantil na UFTM, no que se refere à alimentação, com o intuito de contribuir para uma melhor gestão dos recursos destinados à alimentação, na instituição.

3.1 TIPO E METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo, quanto à natureza, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que se objetivou produzir conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas de uma realidade específica, sendo no caso, referente à gestão do recurso do PNAES, destinado à alimentação, na UFTM. Essa natureza de pesquisa leva em conta a finalidade, nesse caso, o foco na aplicação e utilização prática do conhecimento (GIL, 2008). A pesquisa aplicada é instigada pela necessidade de solução de problemas concretos, imediatos ou não. Tem, portanto, finalidade prática (VERGARA, 2013).

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa constitui um estudo qualitativo e, em relação aos objetivos, trata-se de um estudo descritivo. Uma abordagem qualitativa e descritiva procura compreender o que está sendo estudado de maneira aprofundada, de forma empírica e interpretativa (STAKE, 1995).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e realiza uma análise subjetiva dos dados, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Por consequência, esse tipo de pesquisa possui alta dependência da subjetividade do pesquisador, já que ele participa tanto da observação, quanto da análise do objeto de estudo (APPOLINÁRIO, 2006; MINAYO, 1992).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso com entrevista semi-estruturada. A delimitação da pesquisa como um estudo de caso deveu-se à necessidade de compreender um fenômeno social complexo, por meio de uma pesquisa detalhada, que permitisse preservar as características significativas dos acontecimentos (YIN, 2010).

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Neste projeto, foi realizada a pesquisa bibliográfica, ao se proceder ao levantamento das informações relacionadas e já publicadas sobre o tema, tais como legislação, artigos, dissertações, teses e publicações em periódicos, para apresentar um histórico referente à Assistência Estudantil no país, especialmente no que se relaciona à alimentação, e subsidiar os dados contidos na pesquisa.

A coleta de dados foi feita por meio da pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas, as quais são classificadas por Yin (2010) como fontes de dados, importantes para o estudo de caso, a serem utilizadas em diversos estudos, dentre eles, pesquisas em administração pública e estudos organizacionais e gerenciais.

Utilizou-se informações publicadas em sites oficiais, documentos como leis, decretos, relatórios de gestão do Governo Federal e da PROACE, relacionados à Assistência Estudantil da UFTM, no período de 2013 a 2016, e dados referentes à execução do orçamento do PNAES, na UFTM. O período da análise foi definido de modo a oportunizar uma visão ampla e completa das informações, em face da disponibilidade² de dados para consulta nos documentos e relatórios.

Na visão de Gil (2008), as pesquisas documental e bibliográfica se assemelham, tendo como diferença apenas a natureza das fontes, pois, à medida que a pesquisa bibliográfica se fundamenta nas contribuições de autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental se dá em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

A entrevista é uma técnica capaz de coletar dados em profundidade e possibilita esclarecimentos diversos sobre questões que envolvem muitas circunstâncias (GIL, 2008). Para Costa (2016), a partir da entrevista semi-estruturada, o entrevistador consegue esclarecimentos sobre questões específicas e tem-se a possibilidade de aprofundar os temas de interesse da pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), essa técnica, enquanto procedimento de investigação social, pode ser instrumento de coleta de dados ou de auxílio para um diagnóstico ou tratamento de um problema social.

Assim, foram elaboradas 14 questões para a realização das entrevistas semi-estruturadas, dividindo o instrumento de pesquisa em quatro partes. Na primeira, objetivou-se conhecer o perfil do entrevistado. Na segunda parte, três questões buscaram compreender como é feita a gestão do recurso do PNAES, no âmbito da UFTM. Na terceira parte, por meio

² Não foi considerado o ano de 2017, visto que os relatórios desse ano não haviam sido disponibilizados até o período de realização da pesquisa documental.

de quatro perguntas, objetiva-se compreender como é feita a gestão do orçamento da Assistência Estudantil destinado à alimentação, na instituição. Por fim, na última parte, busca-se identificar os desafios ligados à gestão dos PNAES, referente à alimentação, na UFTM. O quadro 2 sistematiza as questões formuladas e seus objetivos.

Quadro 2 – Instrumento de coleta de dados para as entrevistas

Objetivos	Questões
Conhecer o perfil do entrevistado	1. Qual o cargo de gestão ocupado?
	2. Qual era a sua afinidade com Assistência Estudantil ao ocupar o cargo?
	3. Como foi / é sua experiência com assistência estudantil?
Compreender como é feita a gestão do PNAES na UFTM	4. Como é feita a gestão do PNAES na UFTM?
	5. Você considera a gestão do recurso eficiente diante dos objetivos propostos pelo PNAES?
	6. O que você considera como prioridade para a assistência estudantil?
Compreender como é feita a gestão do PNAES destinado à alimentação na UFTM	7. Qual a importância da garantia de uma alimentação adequada aos estudantes?
	8. Você considera que a atual forma de repasse do auxílio alimentação garante que os estudantes tenham uma alimentação adequada?
	9. Qual é a relação entre o RU e o auxílio alimentação?
	10. Qual a importância que o RU tem para a de assistência estudantil?
Identificar os desafios ligados à gestão do PNAES na UFTM	11. Quais são os principais desafios que existem na gestão do Recurso do PNAES?
	11.1 E os principais desafios ligados à alimentação?
	12. O orçamento do PNAES é suficiente para atender à demanda dos estudantes?
	13. Como gerir o orçamento do PNAES em meio às incertezas orçamentárias?
	14. Como criar instrumentos de monitoramento e de avaliação da aplicação dos recursos do PNAES?

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os atores que colaboraram com esta pesquisa foram convidados considerando o grau de envolvimento de suas funções, em relação à assistência estudantil, na instituição, e suas respectivas posições de gestão na área. Assim sendo, foram entrevistados servidores que participam ou já participaram da gestão do PNAES e servidores integrantes da comissão da

gestão do RU. Entende-se, nesse caso, como participação na gestão do PNAES, o efetivo trabalho desenvolvido pelo servidor com nível de tomador de decisão.

A finalidade é conhecer e entender os diversos pontos de vista no contexto da gestão da assistência estudantil, relacionada à alimentação.

No processo de escolha dos entrevistados, não houve preocupação com o tamanho da amostra, por se tratar de um subconjunto de gestores que representa o mais exatamente possível as características da população, como também a acessibilidade e conveniência. De acordo com Gil (2008), esse procedimento oferece vantagens relacionadas ao custo e tempo despendidos para a obtenção de dados.

Nesse sentido, foram realizadas oito entrevistas, sendo seis delas com servidores que estavam envolvidos com a gestão da assistência estudantil e duas entrevistas com servidores integrantes da comissão de gestão do RU. Foram entrevistadas duas Pró-Reitoras de Assuntos Comunitários e Estudantis que estiveram na gestão da PROACE, o diretor do Departamento de Assistência Estudantil, três servidores técnico-administrativos que participaram da gestão, além de dois integrantes da comissão de gestão do RU. As entrevistas foram realizadas no período de janeiro a março de 2018.

Para preservar a identidade dos entrevistados e evitar constrangimentos, as entrevistas foram realizadas em salas reservadas no Centro Educacional. Garantiu-se o anonimato dos participantes e todos foram informados que sua participação não causaria danos ou prejuízos de qualquer ordem. Além disso, foi assegurado o direito à desistência, caso não se sentissem à vontade para participar da pesquisa ou responder a alguma pergunta.

Para tanto, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constante no anexo 1, o qual informava aos participantes as justificativas e os objetivos da pesquisa, bem como a importância do trabalho e outras informações relevantes.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Segundo May (2004), a técnica de análise documental permite ao pesquisador fazer uma interface entre os dados descritos e analisados. Após a coleta dos dados documentais e bibliográficos, as informações foram analisadas após leitura e classificação do material por assuntos e temas, convergentes ou não. Os dados foram transformados para sistematização, análise e interpretação de categorias, mediante análise de conteúdo.

Para analisar os dados contidos nas entrevistas, foi feita a análise do conteúdo, que se instrumentaliza na análise das transcrições textuais, objetivando a observação, comparação e categorização os dados (BAUER, 2002).

A metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

De acordo com Bardin (2011), são três as fases fundamentais da análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados à inferência e à interpretação, sendo que, nesse caso, a criação das categorias pode ser feita a priori ou a posteriori à coleta dos dados.

As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos participantes e transcritas na íntegra, de modo a preservar a fidelidade e a espontaneidade das falas. A intenção foi encontrar similaridades nos depoimentos dos entrevistados e realizar comparações com as informações coletadas na pesquisa documental, a fim de desenvolver um diagnóstico e propor uma intervenção.

A análise de conteúdo foi utilizada para examinar o material coletado por meio das entrevistas semi-estruturadas. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 50 minutos cada, resultando em aproximadamente 7 horas de material gravado. A gravação das entrevistas foi feita por meio de aplicativo de gravação em celular e os dados foram armazenados em *pendrives*.

A transcrição das entrevistas foi feita na íntegra pelo pesquisador, utilizando o *software Word*, e cada transcrição foi realizada em dias distintos. A primeira entrevista serviu de base para melhor direcionamento do roteiro das demais entrevistas.

No momento da transcrição, iniciou-se a oportunidade de fazer a análise dos dados coletados. Ao escutar com cuidado e várias vezes as gravações, o pesquisador leu e conferiu o material transcrito e isso oportunizou um melhor entendimento do conteúdo e permitiu uma familiarização com o material estudado. As transcrições demoraram cerca de seis horas cada e resultaram, em média, onze páginas de transcrição, totalizando 90 páginas de material transcrito.

Contando com técnicas de análise de conteúdo e com a ajuda do *software NVivo9*³, procedeu-se à leitura minuciosa das transcrições. Cada entrevista transcrita foi inserida no programa como fonte documental, possibilitando a análise dos dados e categorização do material, agrupando os trechos das entrevistas em categorias. As categorias não foram pré-estabelecidas, sendo essas, identificadas no decorrer da análise.

Ao se identificar um código no texto em análise, o programa *NVivo9* possibilita que ele seja selecionado e associado a uma determinada categoria ou sub-categoria, cadastrada a critério do usuário. As categorias e sub-categorias são denominadas, no referido programa, de “nós” (*nodes*). Assim, os “nós” representam categorias ou sub-categorias e servem para armazenar a codificação do material analisado (MELO, 2011, p. 42).

A seguir, apresenta-se um quadro com as categorias e subcategorias de análise.

Quadro 3– Categorias e Subcategorias de análise

Categoria	Subcategoria	Fontes ⁴	Referências ⁵
Alimentação	Alternativas para alimentação	2	6
	Desafios para garantir alimentação	5	6
	Importância de uma alimentação adequada	7	9
Desafios na gestão do recurso do PNAES	Atender todas as áreas estratégicas	5	7
	Insuficiência orçamentária	8	13
	Participação discente	4	4
	Participação de toda instituição	5	8
Garantia de utilização para finalidade do recurso	-	7	9
Importância do RU na instituição	-	8	13
Necessidade de mais RUs na instituição	-	4	7
Relação entre o RU e o auxílio alimentação	-	8	9
Total de códigos			90

Fonte: Análise de dados

³ O programa *NVivo9* é um aplicativo que possibilita a codificação de textos e gerenciamento das informações para apoio à análise dos dados. Suas funções permitem a divisão do texto em segmentos, a codificação desses segmentos e a explicitação de todas as instâncias codificadas [...] A separação por temas, classificados sob a forma de categorias e sub-categorias, associada à combinação de perspectivas dos diversos entrevistados, contribui para a interpretação dos dados (MELO, 2011).

⁴ O termo "Fontes" refere-se ao número de entrevistas que representaram fontes de dados para a codificação

⁵ O termo "Referências" refere-se ao número de códigos adicionados à categoria ou subcategoria.

A assistência estudantil, sendo um tema muito abrangente, os aspectos relacionados a outras áreas estratégicas, que não à alimentação, foram expostos e discutidos com os entrevistados de acordo com o andamento de cada entrevista. Contudo, durante a leitura desvelada e criteriosa do material gravado e transcrito, as ideias e perspectivas dos entrevistados foram sendo destacadas e identificadas em relação ao tema principal da pesquisa.

As categorias e subcategorias para análise foram criadas à medida que os dados foram identificados e relacionados com os objetivos da pesquisa. É certo que não houve uma uniformidade em relação às ideias discutidas, contudo, buscou-se o consenso e os pontos de convergência das concepções dos entrevistados.

Os pontos que mais apresentaram discussões estão relacionados aos desafios da gestão, insuficiência orçamentária frente à demanda; à garantia da utilização do recurso para sua efetiva finalidade, e à garantia de alimentação adequada aos estudantes.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

No primeiro momento, buscou-se autorização para o desenvolvimento da pesquisa junto à PROACE e à reitoria da UFTM, sendo apresentada a síntese do projeto e informações sobre a necessidade e importância da pesquisa para a instituição, além dos aspectos éticos e do sigilo das informações que seriam coletadas.

Importante esclarecer que o presente projeto de pesquisa se enquadra na resolução 510/2016, artigo 1º, no qual o parágrafo único traz os casos de pesquisa que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP, inciso VII:

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, foi feita uma consulta junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (CEP/UFTM), para certificar que estão sendo respeitados os aspectos éticos da pesquisa, obtendo aprovação pelo Parecer Consubstanciado do CEP nº 2.482.751, constante no anexo 2.

4 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Neste capítulo, será apresentado o diagnóstico organizacional resultado do desenvolvimento da pesquisa. Primeiro, apresenta-se a instituição objeto de pesquisa, com informações sobre sua história e trajetória. Em seguida, evidenciam-se as ações de assistência estudantil e como essas ações se relacionam com os objetivos do PNAES, focando o auxílio alimentação como um dos principais fatores de permanência e conclusão exitosa de cursos.

Na sequência, são apresentados os dados relacionados ao RU da instituição e seus aspectos relacionados à alimentação, tratando-se de uma política de assistência estudantil.

4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM iniciou suas atividades em 1953, com a fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM, que teve seu funcionamento autorizado a partir da publicação do Decreto nº 35.249, de 24 de março de 1954; foi federalizada em 1960, mediante a Lei nº 3.856, de 18 de fevereiro de 1960, e, em 1972, foi transformada em uma Autarquia Federal (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

No ano de 1982, foi inaugurada a sede do Hospital de Clínicas da UFTM - HC/UFTM, um dos mais importantes hospitais públicos da região. Os atendimentos do HC/UFTM abrangem toda a macrorregião do Triângulo Sul, composta por 27 municípios, sendo o único hospital da macrorregião que atende alta complexidade, totalizando 73% de toda a média complexidade, com exceção do tratamento de câncer. Seu acolhimento se dá integralmente pelo SUS e eventualmente recebe pacientes de outras regiões do Estado de Minas Gerais, bem como de outros estados do Brasil (BRASIL, 2018).

A partir do ano de 1989, com a criação do curso de Enfermagem e, de 1999, com a criação do curso de Biomedicina, a FMTM começa a diversificar sua atuação na área da saúde. Com a publicação da Lei nº 11.152, de 29 de julho de 2005, transformou-se em Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, oportunidade em que houve uma ampliação da oferta de cursos para diversas áreas do conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

A UFTM, com sede em Uberaba e com um campus no município de Iturama/MG, oferece vagas para 28 cursos de graduação; 3 cursos de pós-graduação *Latu sensu*, 16 cursos de pós-graduação *Stricto sensu*; 8 cursos técnicos de educação profissionalizante, além de

contar com um Centro de Educação a Distância. Ao longo de sua história, a UFTM conquistou reconhecimento nacional e internacional, por diferentes indicadores, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

4.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFTM

As primeiras ações de assistência estudantil, na UFTM, foram desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência Estudantil – NAE, que precedeu a PROACE, nas ações referentes à assistência aos estudantes. Após a criação da PROACE, o NAE passa a ser um dos setores dessa Pró-Reitoria e, em 2014, transforma-se em Núcleo de Assistência Estudantil em Saúde (NAES), concentrando-se nas atividades relacionadas à saúde dos estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

No primeiro momento, as áreas estratégicas do PNAES contempladas pelo NAE eram alimentação, transporte e atenção básica à saúde. Os auxílios alimentação e transporte eram disponibilizados por meio de cartão-alimentação e cartão-transporte para os graduandos que passavam pelo processo de avaliação socioeconômica. A atenção básica à saúde era prestada pelos serviços de profissionais da área de enfermagem e fisioterapia.

Tinha-se clareza da necessidade de contemplar um número maior de áreas estratégicas em relação ao conjunto de áreas previstas no decreto que instituiu o PNAES, contudo, considerando a disponibilidade de recursos estruturais, humanos e financeiros, naquele momento, estabeleceram-se essas áreas - alimentação, transporte e atenção básica à saúde - como prioridades. Nesse sentido, um dos entrevistados relata “é importante resgatar no início do trabalho de assistência estudantil: no momento de existência do NAE uma dificuldade que era dizer como vamos atender a todas essas áreas do PNAES, se a gente não tem pernas?!”.

Ainda que se mostre incapaz de contemplar todas as áreas propostas e atender toda demanda, a assistência prestada aos discentes torna-se efetiva, na medida em que contribui para redução de desigualdades socioeconômicas e para a democratização do acesso às universidades públicas federais, contribuindo para a permanência na instituição e conclusão dos cursos por parte dos estudantes beneficiados.

Relata-se que, no início das ações do NAE, em 2008, não havia grandes dificuldades em relação a recursos para o desenvolvimento de ações direcionadas à alimentação e transporte. A instituição conseguia atender à demanda de solicitação dos estudantes, assim como relata um entrevistado: "Começou em uma época muito boa, que a gente quase não

tinha que falar não, mas com o passar dos anos, os recursos não acompanharam a demanda dos alunos que aumentou bastante”. Importante ressaltar que, nesse momento, ainda não se tinha instituída a política de reserva de vagas para o ingresso na Universidade.

Nesse contexto, ao fazer análise da relação entre a disponibilidade orçamentária e o número de discentes que solicitavam os auxílios, outro entrevistado comenta:

No início da assistência estudantil, nas universidades, foi um período muito interessante de investimento na assistência estudantil, de crescimento da assistência estudantil, de acreditar. O FONAPRACE, em âmbito nacional, estava defendendo a criação de uma Política de Estado para assistência estudantil. Porém hoje, a gente vê que não conseguiu construir Política de Estado, que a gente está tendo um retrocesso e tudo mais [...] então foi um contexto histórico, de 2013 e 2014, de muita crença na assistência estudantil. Em 2014, o Brasil começou a entrar em crise, no FONAPRACE, as IFES tencionavam dizendo que faltava dinheiro para assistência estudantil; que não dava para manter o funcionamento; que não dava para expandir; que as cotas iriam fazer explodir esse perfil do aluno.

Em 18 de março de 2010, a Congregação da UFTM aprova a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018).

A criação de uma Pró-Reitoria para tratar de assuntos relacionados à assistência estudantil trouxe avanço significativo para a instituição. A partir da estruturação e crescimento da equipe, a assistência estudantil ganha força e passa a ter uma maior abrangência das áreas estratégicas de atuação.

A partir de 2012, foi incluída a moradia entre as áreas atendidas pelo programa de assistência estudantil da UFTM. Os beneficiários eram graduandos em condição de vulnerabilidade social, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Quando instituído, o auxílio moradia foi fixado em R\$200,00 mensais, pago em conta corrente de titularidade do beneficiário, e tinha como objetivo ajudar os graduandos no custeio de despesas com moradia. Em 2013, instituiu-se o auxílio permanência (hoje denominado por auxílio acadêmico), cujo objetivo continua sendo incentivar a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de seu envolvimento com projetos registrados na instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017a).

Desde a criação do NAE e, posteriormente, da PROACE, a assistência estudantil, na UFTM, vem se ampliando e consolidando as ações e serviços disponibilizados à comunidade acadêmica. Dentre alguns dos fatores que evidenciam esse desenvolvimento, destacam-se o aumento do número de estudantes beneficiados e a organização física e administrativa da Pró-Reitoria. Com a reestruturação administrativa e de pessoal, gerada pela criação da Pró-

Reitoria, foi possível obter uma melhor gestão do programa, como demonstrado em uma representação da estrutura organizacional do NAE e do organograma da PROACE. A figura 01 representa o organograma do NAE.

Figura 1: Organograma representativo do NAE

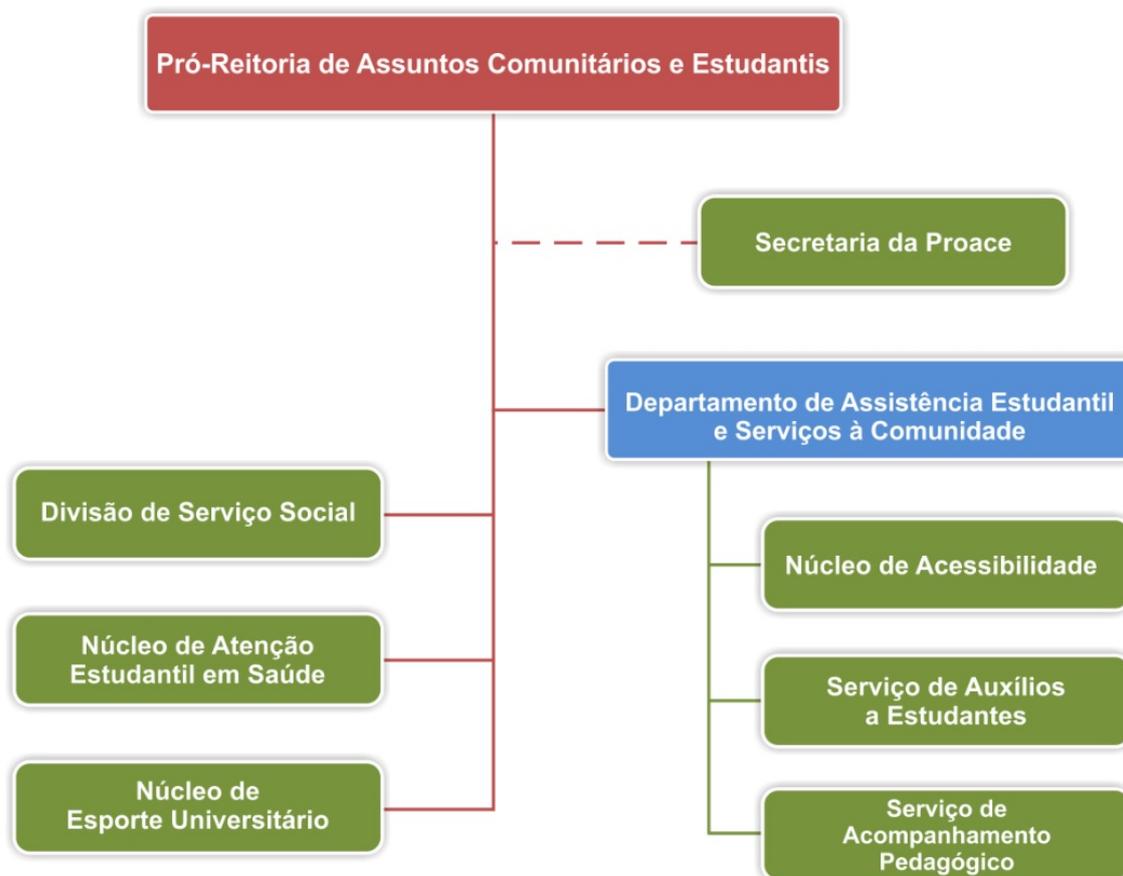


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Antes da criação da PROACE, o NAE desenvolvia as ações de assistência estudantil por meio da prestação de serviços de atenção básica à saúde, e pela oferta de auxílios para os estudantes socioeconomicamente vulneráveis de acordo com a análise de assistentes sociais, conforme já mencionado.

A partir da estruturação da PROACE e de todos seus setores, buscou-se ampliar as áreas de assistência estudantil, considerando as demandas da instituição, dentro dos limites orçamentários disponíveis. Assim comenta um entrevistado: "com os poucos recursos que a gente tem, diante de tanta demanda, a gente busca contemplar o máximo possível das áreas estratégicas que estão previstas no PNAES." A figura 2 apresenta o organograma da PROACE com todos seus setores.

Figura 2: Organograma PROACE/UFTM



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018.

Importante apontar que, por meio do trabalho desenvolvido pelos setores criados na PROACE, atualmente são contempladas as seguintes áreas estratégicas previstas no decreto que instituiu o PNAES:

- Alimentação;
- Transporte;
- Moradia;
- Atenção à saúde;
- Esporte;
- Apoio pedagógico e;
- Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

4.2.1 Orçamento do PNAES

A gratuidade dos cursos nas IFES não garante reais condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, especialmente daqueles considerados socioeconomicamente vulneráveis. O planejamento de propostas de ações relacionadas à assistência estudantil para as comunidades acadêmicas é prejudicado pela falta de definição do orçamento dessas ações, revelando a superficialidade da relevância atribuída às mesmas, no cenário da educação superior pública brasileira (FONAPRACE, 2012).

Anualmente, mais de 90% do volume do orçamento relacionado à assistência estudantil, referente à ação 4002⁶ - Assistência ao Estudante de Ensino Superior do PNAES, na UFTM, destina-se ao pagamento de auxílios financeiros, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Proposta Orçamentária Detalhada 2016 - Assistência Estudantil - PNAES

Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil			
	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Total (R\$)
Auxílio Financeiro a Estudantes	7.392.403,00	0,00	7.392.403,00
Assistência ao Estudante de Ensino Superior			
Despesas Diversas (UFTM)			
	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Total (R\$)
	493.400,00	170.956,00	664.356,00
Diárias – pessoa civil	20.000,00	0,00	20.000,00
Material de consumo	300.000,00	0,00	300.000,00
Passagens e despesas com locomoção	32.000,00	0,00	32.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	22.000,00	0,00	22.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	100.000,00	0,00	100.000,00
Indenizações e restituições	15.000,00	0,00	15.000,00
Obrig. Tribut. e Contrib-Op. Intra-Orçamentárias	4.400,00	0,00	4.400,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	170.956,00	170.956,00

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Departamento de Orçamento e Finanças da UFTM, 2018. Adaptado pelo autor.⁷

Observa-se que o recurso já vem com a especificação da sua destinação. Nesse sentido, um entrevistado comenta que

O recurso do PNAES já vem dividido entre capital e custeio. E relacionado à parte de custeio já vem uma quantidade separada para auxílios financeiros. [...] A partir daí, no final do ano anterior, a gente faz uma programação, tentando prever

⁶ Descrição da ação 4002: Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes.

⁷ Documento não publicado. Acesso *in loco* no Departamento de Orçamento e Finanças da UFTM.

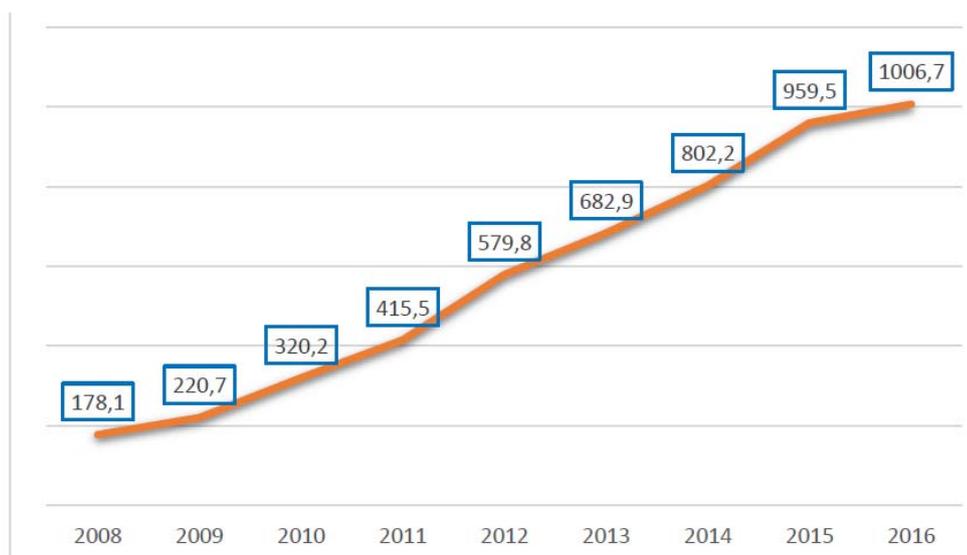
quantidade de alunos que seriam atendidos, que ingressaram... Né... Considerado geralmente, o ingresso dos últimos anos, a previsão de lei orçamentária e o calendário acadêmico.

A autonomia das IFES na gestão dos recursos do PNAES, instituída pela Portaria Normativa n. 39 de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, e consolidada pelas diretrizes gerais estabelecidas no Decreto 7.234/2010, é uma característica que torna mais complexa a gestão do recurso e o desenvolvimento da política de assistência estudantil em cada instituição. Por se tratar de um programa de assistência que se propõe a atuar em diversas áreas, cada instituição deve planejar a gestão dos recursos, atendendo às necessidades particulares e, inclusive, às necessidades identificadas pelo corpo discente (BRASIL, 2007; BRASIL 2010).

A distribuição do recurso entre as instituições ocorre conforme o índice de desenvolvimento humano do município de localização, número de discentes e vagas oferecidas por meio do Sistema de Seleção Unificada SISU, do MEC, em cada uma delas. Cada instituição deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa e prestar contas ao MEC (MACHADO, 2013).

O gráfico 2 mostra a evolução do total do orçamento do PNAES para todas as IFES, ao longo dos anos.

Gráfico 2 – Evolução do Orçamento do PNAES nas Universidades Federais em valores nominais (unidade: em milhões de reais).



Fonte: BRASIL, 2017b.

Embora se perceba que, ao longo dos anos, houve um aumento no volume de recursos desse orçamento, esse aumento não acompanhou a crescente demanda, em parte criada pela

publicação da Lei de Cotas, que, com a reserva de vagas, ampliou o acesso às universidades públicas federais de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Isso já era esperado pelos profissionais que atuavam na assistência estudantil, conforme comenta um entrevistado:

A gente sabia que a Política de Cotas iria ‘explodir’ e agora a gente está vivendo um momento de explosão, não podendo atender a todos os alunos que solicitam o auxílio e diminuindo a renda familiar per capita para o ingresso no programa.

A necessidade de ampliação do orçamento destinado às universidades para a criação e desenvolvimento de políticas adequadas de assistência estudantil vem sendo sinalizada ao MEC pelos reitores das IFES, há décadas, antes mesmo da criação do PNAES, manifestando assim, a explícita preocupação com o compromisso de fixação estudantil e com as condições e qualidade da formação dos estudantes (FONAPRACE, 2012).

Ainda que tenha ocorrido o aumento da demanda por assistência estudantil em todo o país, quando comparada à realidade de 2008, a UFTM ampliou o atendimento a outras áreas estratégicas contempladas pelo PNAES, ao longo dos últimos anos.

A tabela 2 mostra a evolução da execução orçamentária de custeio do PNAES, na UFTM, especificamente destinada ao pagamento de auxílios financeiros a estudantes, entre 2012 e 2016.

Tabela 2 – Execução orçamentária - Custeio/PNAES - Auxílios financeiros a estudantes (valores pagos por ano)

Execução orçamentária - Custeio/PNAES - Auxílios financeiros a estudantes (valores pagos por ano em reais R\$)					
Tipo de Auxílio	2012	2013	2014	2015	2016
Alimentação	597.936,00	983.588,00	1.681.541,70	3.101.430,95	3.234.791,69
Moradia	152.000,00	424.800,00	928.100,00	1.956.250,00	2.387.250,00
PROMISAES	11.196,00	14.928,00	14.928,00	15.550,00	19.904,00
Acadêmico	-	85.800,00	256.825,40	326.179,20	485.250,00
Monitoria Inclusiva	-	-	7.800,00	8.250,00	17.500,00
Transporte	-	-	-	355.188,70	475.878,40
Transporte Intermunicipal	-	-	-	6.450,00	17.044,00
Tutoria Inclusiva	-	-	-	-	9.250,00
Estadia - Lecampo	-	-	-	-	63.800,00
Total	761.132,00	1.509.116,00	2.889.195,10	5.769.298,85	6.710.668,09

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017.

O orçamento é gerenciado pela PROACE, em colaboração com o Setor de Auxílios a Estudantes (SEAUX) e demais setores da Pró-Reitoria. Faz-se uma previsão de gastos dos recursos do PNAES, a partir de uma estimativa das necessidades e do histórico de execução dessa ação do orçamento, para a elaboração da Proposta de Lei Orçamentária (PLOA). Posteriormente à aprovação da LOA pelo Congresso, é definido o valor da LOA, e a partir desse valor, procede-se à adequação orçamentária.

Nesse contexto, os gestores relatam as dificuldades em fazer as previsões, pois com a demanda crescente, fazer estimativas baseadas no orçamento do ano anterior certamente resultará em uma fórmula insuficiente para atender a todas as solicitações de auxílios financeiros, de acordo com o que declara outro entrevistado.

Mas normalmente, é feita uma previsão de entrada dos alunos e uma previsão de gastos para atendê-los [...] estima-se o que virá de recursos, mas essa previsão normalmente é refeita umas 3, 4 vezes durante o ano, porque sempre vem recurso a menos, ou acontece algum imprevisto.

Assim, a elaboração dessas previsões, em meio a incertezas orçamentárias, gera uma insegurança muito grande, tendo em vista, ainda, que, nos últimos anos, desde 2014, o governo tem contingenciado parte dos recursos aprovados e que constam na LOA. Esses contingenciamentos impedem a integral execução do orçamento aprovado no Congresso, situação agravada por um cenário em que já não é possível atender a toda demanda, por causa da insuficiência do volume de recursos. Nesse sentido, busca-se atender a maior quantidade de estudantes com os recursos disponíveis. É possível verificar essa insegurança, no discurso de um entrevistado:

É um grande desafio, todo ano, na hora que vai chegando o momento de fazer a previsão do orçamento, a gente começa a ficar muito tenso, ansioso... Sem saber quanto de dinheiro vem. Então, assim, você fazer planos quando você nem sabe o que é que vem, é muito ruim. Agora, você fazer planos sabendo que o que vem é insuficiente, é pior ainda. Então assim, na verdade, a gente tem a “certeza” de um orçamento aprovado né?! Depois ele passa pelo congresso, mas a gente não tenha certeza que aquilo tudo vem, pois depende da arrecadação e o que o governo tem contingenciado os recursos. Então, além daquilo que for aprovado, ainda ser insuficiente, o governo ainda segura, não libera o limite de empenho, dos 100% do orçamento aprovado pelo congresso. Então isso dificulta ainda mais o planejamento para a utilização desses recursos. E assim, os maiores prejudicados são os alunos, né?!

Todavia, entende-se que a gestão busca de forma participativa e compartilhada, estabelecer as ações a serem desenvolvidas, de modo a atender às principais demandas dos estudantes. Todos os setores são envolvidos nas tomadas de decisões, como é demonstrado na fala de um entrevistado.

Em relação a como que a gente gerencia esses recursos, esses poucos recursos, eu acredito que é uma gestão colegiada, uma gestão participativa. Todas as pessoas que estão envolvidas de uma maneira ou em outra, na assistência aqui na UFTM participam da discussão, sobre o que a gente vai fazer, com a parte da verba destinada a custeio e aos bens de capitais. A gente discute e vamos dando sugestões até chegar num consenso. Considero uma gestão colegiada, eu acho que posso dizer que é uma gestão colegiada. É discutido mesmo com grupo, que trabalha aqui na pró-reitoria e está diretamente envolvido com o orçamento do PNAES de tal forma que a gente desenvolva as ações, que vão ser financiadas com esses recursos, de tal forma que fique melhor para os alunos.

Além dos desafios relacionados ao orçamento insuficiente, há ainda outra preocupação que ronda as equipes que trabalham com a assistência estudantil nas IFES brasileiras: o fato de o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES ser uma política de governo e não uma política de Estado. Isso se traduz em insegurança quanto à continuidade do Programa e à sustentação das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pelas instituições de ensino superior no Brasil, as quais, sem essa ação orçamentária, teriam inviabilizada a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em seus cursos de graduação (FONAPRACE, 2012).

Esses recursos, distribuídos aos beneficiários por meio de auxílios financeiros, possibilitam que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições de se manter na universidade. São mais significativos ainda para aqueles que residem fora de seu domicílio original e não possuem condições financeiras para se manter sozinhos estudando em outra cidade.

Em relação à alimentação, área principal de interesse deste estudo, tem-se que dentro desse contexto, a presença de um RU é capaz de reduzir o impacto que a mudança do domicílio familiar acarreta e contribui para a promoção da saúde dos usuários, com a oferta de uma alimentação balanceada e cardápios diversificados e nutritivos (BENVINDO; PINTO; BANDONI, 2017).

O ingresso na universidade, para grande parte dos estudantes, corresponde ao momento em que esses vão morar longe das suas famílias e se tornam responsáveis, não só, pela gestão de suas próprias finanças, bem como precisam se responsabilizar também por sua alimentação, moradia, pela administração do tempo e conciliação com os estudos (OLIVEIRA; GUAGLINONI; DEMONTE, 2005).

Ainda que os auxílios não consigam suprir a totalidade das necessidades dos estudantes, por meio deles, há suporte financeiro para custeio de alimentação, moradia, transporte e outras necessidades de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O conjunto de Pró-Reitores de Assistência Estudantil das IFES brasileiras demonstra preocupação constante em tornar sólida a política de assistência estudantil, transformando-a em uma Política de Estado. Entretanto, ainda que existam esforços que permitiram apresentar uma minuta de um projeto de lei à Presidência da República, não houve nenhum avanço nesse sentido (FONAPRACE, 2012).

A consolidação do PNAES como uma Política de Estado, garantiria sua continuidade e maior efetividade, considerando o papel relevante nas ações de assistência estudantil nas instituições federais, conforme aponta um entrevistado, “para garantir a continuidade da assistência estudantil, deve-se começar do ponto de vista estrutural, sendo necessária a definição da política de assistência estudantil, como Política de Estado, e não de governo”.

Nesse sentido, também se manifestam dois entrevistados, a seguir.

Bom, se garantisse que na sua origem, o recurso viesse de uma política de Estado, alguns critérios já estariam garantidos. Então, para mim isso é básico, tudo depende disso. Porque com uma política de Estado, se tem a garantia que é realmente um investimento. Não dependeria da vontade de governos, que vão e vem. Quer dizer, o Estado Brasileiro considerando a assistência estudantil estratégica em suas várias áreas, um investimento, né?!

A gente precisa de uma Política de Estado com clareza na definição do financiamento da assistência estudantil. Momento político pra isso, já tivemos momentos muito mais favoráveis [...] Precisa ser uma luta não só dos trabalhadores da assistência estudantil, mas uma luta de todos da universidade, de gestão, assistência estudantil, técnico-administrativo, professor, porque a gente precisa contextualizar essa política como projeto de universidade. Que universidade pública federal brasileira nós queremos?

Exposta a insegurança em relação à suficiência dos recursos e à execução do orçamento do PNAES, passamos a tratar da distribuição desses recursos, na UFTM, por meio do Programa de Auxílios Financeiros - PAF.

4.2.2 Auxílios Financeiros a Estudantes na UFTM

Com o objetivo de contribuir com a permanência e conclusão dos cursos dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, são oferecidos aos estudantes da UFTM que se enquadram nas regras publicadas nos editais de chamada do programa, auxílios alimentação, moradia, acadêmico e transporte (nas modalidades: urbano, estágio e intermunicipal).

A partir da análise dos editais de ingresso no PAF na UFTM, entre 2010 e 2017, destacam-se as principais informações referentes aos auxílios disponibilizados, seus valores e formas de repasse aos beneficiários (quadro 4).

Quadro 4 – Informações dos auxílios concedidos pela UFTM, entre 2010 a 2017

ANO	AUXÍLIOS OFERTADOS	VALOR	FORMA DE REPASSE
2010	Alimentação	R\$ 7,00 por dia letivo	Ticket-alimentação
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Cartão transporte
2011 ⁸	Alimentação	R\$ 7,00 por dia letivo	Ticket-alimentação/ Depósito em conta corrente
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Cartão transporte
2012	Alimentação	R\$ 8,00 por dia letivo	Depósito em conta corrente
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Cartão transporte
	Transporte estágio	Equivalente a 2 vale-transporte por dia de estágio	Cartão transporte
	Transporte Intermunicipal	Até R\$ 100,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Moradia	R\$ 200,00 por mês	Depósito em conta corrente
2013	Alimentação	R\$ 8,00 por dia letivo	Depósito em conta corrente
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Cartão transporte
	Transporte estágio	Equivalente a 2 vale-transporte por dia de estágio	Cartão transporte
	Transporte Intermunicipal	Até R\$ 100,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Moradia	R\$ 200,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Permanência	R\$ 200,00 por mês	Depósito em conta corrente
2014 ⁹	Alimentação	R\$ 11,70 por dia letivo	Depósito em conta corrente / Ticket RU
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Cartão transporte
	Transporte estágio	Equivalente a 2 vale-transporte por dia de estágio	Cartão transporte
	Transporte Intermunicipal	Até R\$ 150,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Moradia	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Permanência	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente

⁸ Foram publicados 2 editais em 2011, sendo que: O primeiro refere-se à forma de pagamento do alimentação como “preferencialmente por meio de *ticket* alimentação” e limita a quantidade de vagas para os auxílios alimentação e transporte. O segundo edital, altera a forma de pagamento do auxílio alimentação, passando a ser depósito em conta corrente e tira o limite da quantidade de vagas ofertadas, informando que "o número de auxílios concedidos, baseado sempre em estimativas, será definido considerando a disponibilidade orçamentária e financeira e a avaliação socioeconômica dos candidatos".

⁹ Após a inauguração do RU em 2014 os estudantes da Unidade Univerdecidade, onde o RU está instalado, passaram a receber o valor de R\$ 5,85 em depósito em conta corrente (referente ao valor de uma refeição do RU por dia letivo) e recebiam 1 ticket, por dia letivo, para utilização no RU.

ANO	AUXÍLIOS OFERTADOS	VALOR	FORMA DE REPASSE
2015 ¹⁰	Alimentação	R\$ 11,70 / R\$ 14,00 / R\$ 14,80 por dia letivo	Depósito em conta corrente / Ticket RU
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Cartão transporte/Depósito em conta corrente
	Transporte Intermunicipal	Até R\$ 150,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Transporte estágio	Equivalente a 2 vale-transporte por dia de estágio	Cartão transporte/Depósito em conta corrente
	Moradia	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Permanência	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente
2016	Alimentação	R\$ 14,80 por dia letivo	Depósito em conta corrente
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Depósito em conta corrente
	Transporte Intermunicipal	Até R\$ 200,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Transporte estágio	Equivalente a 2 vale-transporte por dia de estágio	Depósito em conta corrente
	Moradia	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Acadêmico ¹¹	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente
2017	Alimentação	R\$ 14,80 por dia letivo	Depósito em conta corrente
	Transporte urbano	Equivalente a 2 vale-transporte por dia letivo	Depósito em conta corrente
	Transporte Intermunicipal	Até R\$ 200,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Transporte estágio	Equivalente a 2 vale-transporte por dia de estágio	Depósito em conta corrente
	Moradia	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente
	Acadêmico	R\$ 250,00 por mês	Depósito em conta corrente

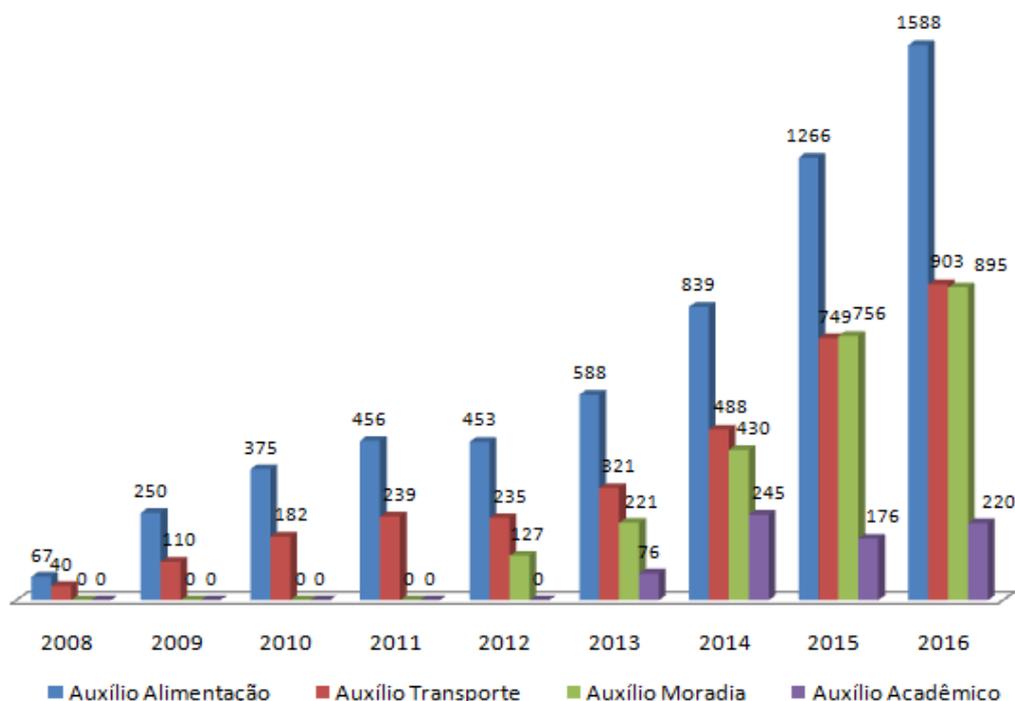
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2016; 2017a.

Desde sua criação em 2008, houve um aumento significativo na quantidade de beneficiários atendidos pelo PAF. Isso pode ser observado no gráfico 3 que evidencia a evolução no total de discentes beneficiados pelo programa.

¹⁰ Houve uma alteração no edital que deixa de estabelecer um valor fixo, por dia letivo, para o auxílio alimentação. Passa a conter a seguinte informação no edital: "o (a) aluno (a) terá direito a receber valor a ser pago por dia letivo, de segunda a sexta-feira, depositado em conta corrente de sua titularidade". Sendo assim, os valores do auxílio foram de janeiro a abril R\$ 11,70; de maio a julho R\$ 14,00; de agosto a dezembro R\$ 14,80. A partir de março de 2015 os alunos da Unidade Univerdecidade deixam de receber o *ticket* e passam a receber o valor do auxílio em depósito na conta. A partir de abril de 2015, o auxílio transporte passa a ser depositado em conta corrente.

¹¹ O Auxílio Permanência passa a ser denominado Auxílio Acadêmico.

Gráfico 3 – Evolução da quantidade de discentes beneficiários do Programa de Auxílios Financeiros¹²



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

Pela análise do gráfico 3, a partir dos dados referentes ao auxílio alimentação, único auxílio pago a todos os beneficiários, verifica-se um crescimento entre 2013 e 2016 de 170% na quantidade de estudantes beneficiados.

Ressalta-se que houve um crescimento de 85% no valor do auxílio alimentação pago aos estudantes beneficiados, entre 2013 e 2015. O auxílio passou de R\$8,00, por dia letivo, em 2013, para R\$14,80, por dia letivo, em 2015, acompanhando o aumento no preço das refeições servidas no RU da unidade da Univerdecidade.

A partir de 2013, em consequência da Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas IFES por meio reserva de vagas, constata-se uma expansão mais acentuada na quantidade de graduandos contemplados pelos auxílios da assistência estudantil. Esse crescimento se torna ainda maior, a partir de 2014, quando a UFTM aderiu à proposta de reserva de 50% das vagas de cada curso para alunos de escolas públicas, sendo que 50% das vagas reservadas são destinadas a estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Essa realidade é também vivenciada por todas as demais universidades federais do país, que tiveram um aumento considerável do número de matrículas em decorrência das

¹² A quantidade de beneficiários é referente ao total de discentes atendidos no ano. Critério de inclusão: ao menos um recebimento durante o ano.

políticas de expansão. Sobretudo devido ao REUNI e adoção do SISU, que alteraram significativamente o perfil dos ingressantes nas universidades federais, os quais, a partir dessas ações, migram de todas as regiões brasileiras, em busca do acesso a cursos superiores (FONAPRACE, 2012).

Diante do aumento crescente das solicitações de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é possível verificar, pela análise dos editais de ingresso no PAF da UFTM, que a partir de 2015, em consequência da insuficiência orçamentária, a gestão do programa optou por diminuir o teto de renda familiar per capita para recebimento dos auxílios.¹³

A tabela 3 demonstra o limite de teto da renda para o ingresso no PAF entre 2008 e 2018.

Tabela 3 – Histórico do teto de renda familiar per capita para o ingresso do PAF na UFTM

ANO	SALÁRIO MÍNIMO	Teto de renda familiar per capita objetivado pelo PNAES (1,5 salários mínimos)	Teto de renda familiar per capita para o ingresso no PAF	Porcentagem da renda familiar per capita dos atendidos do PAF em relação ao objetivado pelo PNAES
2008	R\$415,00	R\$622,50	R\$622,50	100%
2009	R\$465,00	R\$697,50	R\$697,50	100%
2010	R\$510,00	R\$765,00	R\$765,00	100%
2011	R\$545,00	R\$817,50	R\$817,50	100%
2012	R\$622,00	R\$933,00	R\$933,00	100%
2013	R\$678,00	R\$1.017,00	R\$1.017,00	100%
2014	R\$724,00	R\$1.086,00	R\$1.086,00	100%
2015	R\$788,00	R\$1.182,00	R\$880,00	74%
2016	R\$880,00	R\$1.320,00	R\$754,00	57%
2017	R\$937,00	R\$1.405,50	R\$754,00	54%
2018	R\$954,00	R\$1.431,00	R\$754,00	53%

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2016; 2017a.

Pela análise da tabela 3, observa-se que, até 2014, foi possível atender ao teto de renda familiar per capita estabelecido na política nacional de assistência estudantil. Em 2015, o limite do teto foi reduzido para R\$ 880,00 e, a partir de 2016, chegou a R\$ 754,00. Esse valor permaneceu o mesmo até 2018, correspondendo, nesse ano, a apenas 53% do valor de teto estabelecido no decreto que instituiu o PNAES.

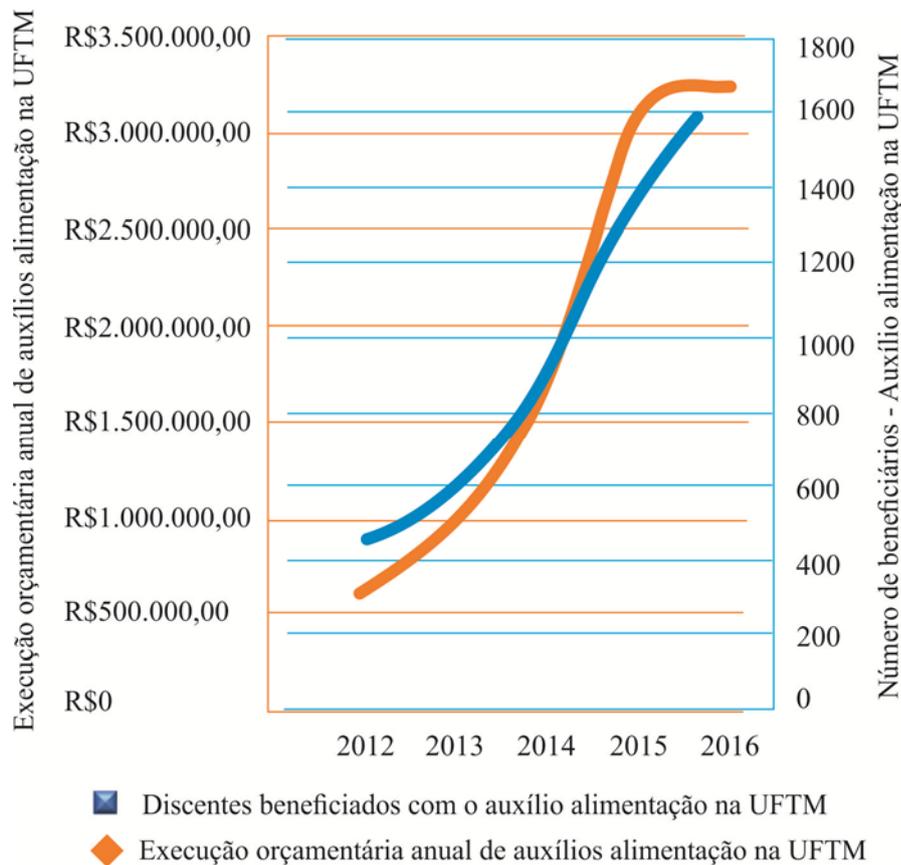
¹³ Pela análise dos editais de ingresso no PAF, percebe-se que em 2015, o auxílio alimentação teve dois reajustes de preço que aumentaram o valor do auxílio.

Um entrevistado comenta sobre essa alternativa encontrada pela gestão.

O orçamento dessa ação do governo tinha que ser suficiente para atender todos os alunos, que se inserissem dentro dos critérios né?! Então, todos os alunos que tem um salário mínimo e meio de renda per capita familiar, deveriam receber os auxílios. Eles deveriam estar dentro do programa de assistência estudantil da universidade. Mas, como recurso não é suficiente, a gente tem que ir abaixando essa renda per capita, isso quer dizer, dentre os pobres, escolher os mais pobres. Então isso é muito cruel. Isso é uma das coisas que mais me incomoda: não conseguir cumprir com os critérios do PNAES. Eu acho que isso é o maior desafio.

O gráfico 4, a seguir, apresenta a relação entre o crescimento da quantidade de estudantes beneficiados com o auxílio alimentação e a execução orçamentária anual do referido auxílio.

Gráfico 4 – Execução orçamentária e números de beneficiários de auxílios alimentação na UFTM entre 2012 a 2016.



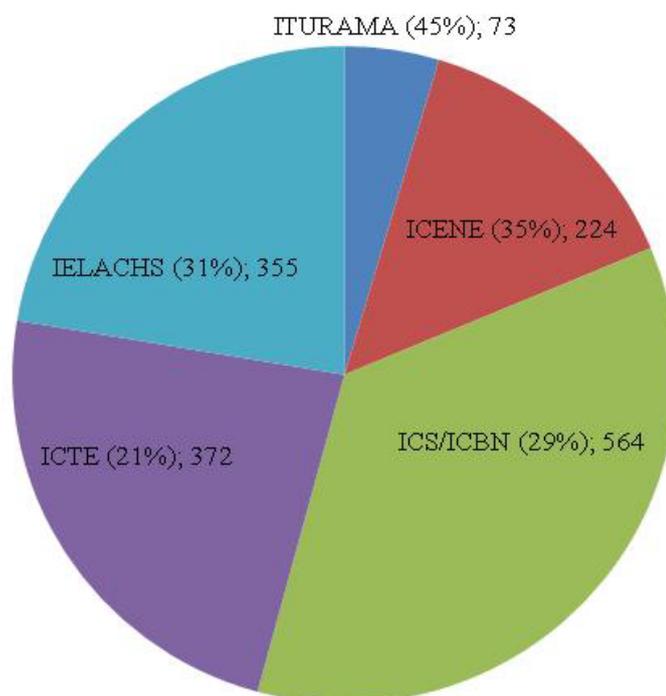
Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

Observa-se a crescente demanda pelos auxílios da assistência estudantil da UFTM e, principalmente, o esforço dos gestores dos recursos dessa ação do orçamento, para atender essa demanda progressiva, a partir de um crescimento do volume de recursos, de ano para ano, que não acompanha essa demanda.

Ainda que os recursos sejam insuficientes para o atingimento de todos os objetivos elencados pelo documento do PNAES, o orçamento da UFTM e as adequações realizadas pela gestão do programa no valor da renda per capita máxima para atendimento permitem que os auxílios sejam pagos a 27% dos estudantes matriculados nos cursos de graduação. No ano de 2016, dos 5.731 discentes matriculados nos curso de graduação, 1588 estudantes foram atendidos pela assistência estudantil, no mínimo com o auxílio alimentação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c).

O gráfico 5 detalha a quantidade de beneficiários, por curso, em 2016.

Gráfico 5 - Estudantes atendidos pelo PAF em cada instituto - 2016.¹⁴



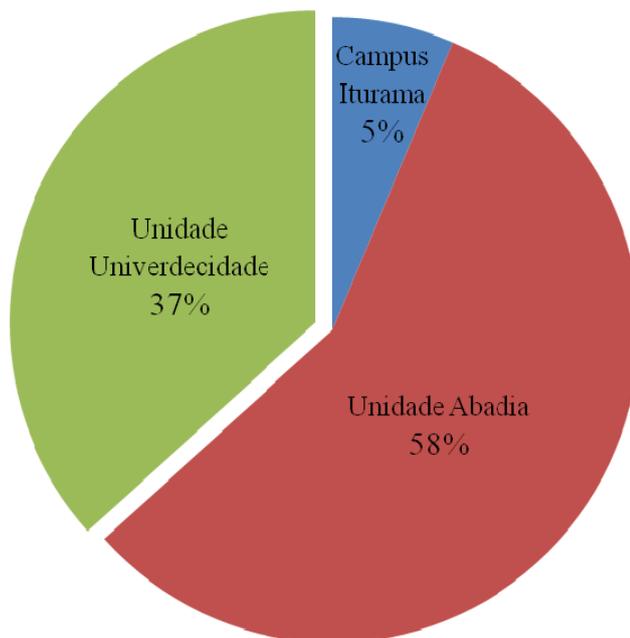
Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

Pela análise do dados do gráfico, percebe-se a extensão da assistência estudantil, por meio da concessão de auxílios financeiros, em todos os cursos da instituição.

O gráfico 6 demonstra o percentual dos discentes que são beneficiários do Programa de Auxílios Financeiros, relativo a cada campi/unidade da UFTM.

¹⁴ ITURAMA: Agronomia, Ciências Biológicas e Química - ICENE: Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química - ICS / ICBN: Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Terapia Ocupacional - ICTE: Engenharias de Alimentos, Ambiental, Civil, Elétrica, Mecânica, Produção e Química. IELACHS – Geografica, História, Letras Portugues/Inglês e Português Espanhol, Psicologia e Serviço Social.

Gráfico 6 - Estudantes atendidos pelo PAF, em cada unidade/campus, em 2016.



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

A partir da análise do gráfico 6 é possível identificar que dos 1588 beneficiados pela assistência estudantil, 596 discentes (37%) estudam na Unidade Univerdecidade¹⁵, onde está o Restaurante Universitário, doravante designado apenas por RU, como também estão os cursos de Licenciaturas em Matemática, Química, Física, Ciências Biológicas e as Engenharias Alimentos, Ambiental, Civil, Elétrica, Mecânica, Produção e Química.

4.3 A ALIMENTAÇÃO NA UFTM

Normalmente, o auxílio alimentação tem sido uma estratégia desenvolvida para auxiliar no acesso à alimentação nos locais onde não há RU, ou como estratégia de suporte adicional, quando há esse serviço. Assim, todas as instituições que não possuem RU trabalham com esse auxílio, o qual é repassado na forma de pecúnia aos estudantes. Contudo, enquanto há instituições que dão o auxílio no formato de ticket a ser utilizado no próprio RU, também há instituições que possuem RU e repassam o recurso aos estudantes, dando assim, autonomia para os beneficiários no emprego do recurso (MUSSIO, 2015).

¹⁵ Nesse ano, 61 dos 70 discentes matriculados no curso de Licenciatura em Educação no Campo receberam “auxílio-estadia” com os recursos do PNAES. Contudo, por compor no mesmo auxílio um valor para alimentação, transporte e estadia, e pelo fato dos dias letivos do curso não seguirem o calendário acadêmico regular, esses alunos não foram contabilizados como os demais alunos da graduação.

Araújo (2007) atenta que alimentação é uma área estratégica fundamental da assistência estudantil e está presente desde o início da história da assistência aos estudantes do ensino superior brasileiro. O que se confirma na UFTM que, desde o início das ações de assistência estudantil, tem esse benefício contemplado em seu programa.

Percebe-se que a alimentação é considerada prioridade essencial para o desenvolvimento da política de assistência estudantil na instituição. Entretanto, observa-se uma dificuldade em dissociar a alimentação de outras áreas essenciais, como moradia e transporte, conforme comenta um entrevistado: "essas questões de alimentação, sobretudo, moradia e transporte, são realmente de dar condição de a pessoa ficar... e como ficar". Nesse contexto, entende-se "ficar" como a permanência ou condições de permanência dos estudantes na instituição.

Por se tratar de um direito básico e fundamental, a alimentação se mostra como prioridade em qualquer ação de assistência, incluindo a assistência estudantil. Essa prioridade não se refere apenas ao fornecimento de alimentação, mas também, assegurar que essa alimentação tenha uma qualidade adequada, como aponta um entrevistado.

No RU, você tem a garantia que a refeição é produzida de uma forma higiênica, na composição adequada, com a composição de alimentos que se deve ingerir né?! Com frutas, verduras, hortaliças, e proteína de boa qualidade, com todo um cuidado com as técnicas de preparo.

A preocupação com a garantia de uma alimentação adequada e balanceada aos estudantes faz parte da percepção da maioria dos entrevistados desse estudo, pois consideram que isso reflete diretamente na vida deles, bem como no seu desenvolvimento e desempenho acadêmicos (SILVEIRA, 2012; BENVINDO; PINTO; BANDONI, 2017).

Nesse sentido, comenta um entrevistado.

Eu vejo que a qualidade e a quantidade dos alimentos ingeridos de uma forma equilibrada, vai deixar o aluno muito mais independente na questão de saúde, envolvendo também na questão de concentração, disposição, sono, refletindo diretamente no desempenho acadêmico.

Nessa perspectiva, considera-se necessário que a assistência estudantil possa dar, pelo menos, as condições básicas para que os estudantes possam permanecer na instituição e obter sucesso, ao longo de sua trajetória acadêmica, conforme se pode observar na fala de um entrevistado.

Primordial é garantir que o aluno tenha a melhor estadia dele dentro da universidade. E consiga crescer intelectualmente, dentro da faculdade, sem tanta dificuldade. Porque, lógico, dificuldade é inerente da vida, todo mundo vai ter, todo mundo vai

passar por alguma situação. Mas o aluno chegar aqui com fome para assistir aula, ou ficar preocupado porque ele não dá conta de pagar o aluguel é muito complicado.

Ao considerar a complexidade do ser humano (na perspectiva de um ser social, racional, com desejos, direitos, carências e vontades), pode-se afirmar que as necessidades de uma vida digna e de realização plena perpassam por questões relacionadas à educação, alimentação, saneamento básico, moradia, saúde, lazer, cultura, e vários outros. Assim, é necessário pensar em ações de assistência estudantil, na mesma medida dessa multiplicidade de variáveis e em direção a esses anseios, acompanhando a dinâmica das mudanças decorrentes do atual sistema educacional do país, em especial das universidades federais (FONAPRACE, 2012).

Dessa forma, torna-se um desafio estabelecer prioridades em relação ao atendimento das áreas estratégicas propostas pelo PNAES, tendo em vista a diversidade dos estudantes, seus diferentes anseios e desejos. Assim aponta um entrevistado.

Essa questão de prioridade é tão relativa... quais são de fato, as necessidades dos alunos para estabelecer as prioridades? A gente tem que analisar muito isso. Como que a gente vai saber como que a necessidade de fato para estabelecer uma prioridade? Porque nesse caso, a necessidade e a prioridade são questões muito relativas.

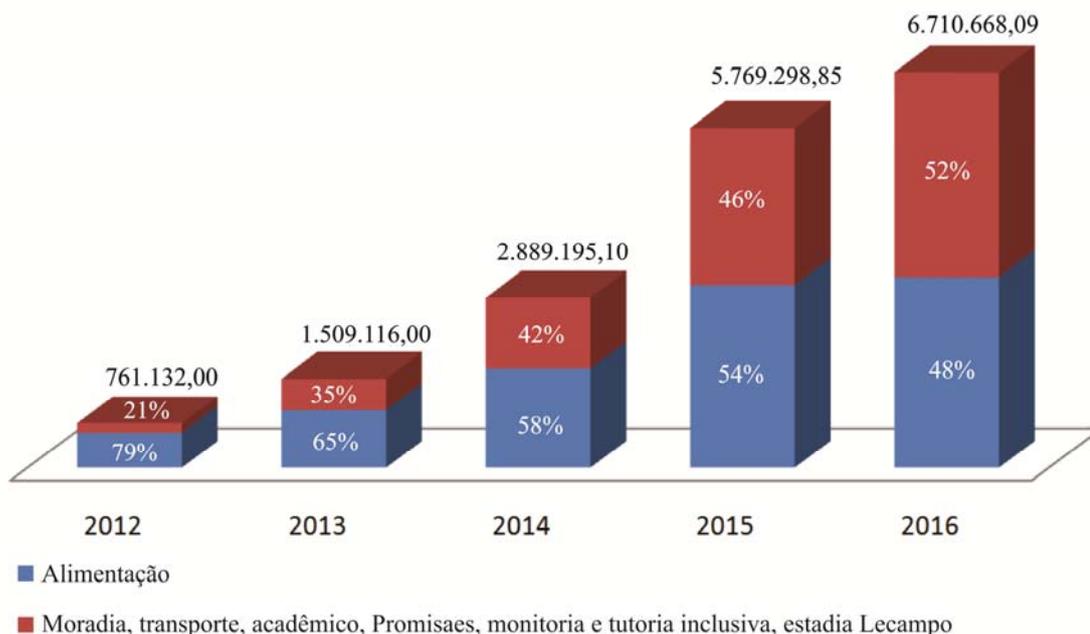
Nesse mesmo sentido, afirma um entrevistado: "não vejo como pontuar só uma área específica como sendo prioridade, todas são muito importantes e complementares", o que ratifica ser muito difícil definir prioridades, em se tratando de assistência estudantil, pois essa assistência vai além das necessidades básicas e, em relação a isso, cada estudante trará demandas distintas e complexas.

Corroborando ao exposto, Perez et al. (2016) expõem que o próprio ambiente e a rotina de um estudante universitário dificultam a realização de uma alimentação saudável. Características como sobrecarga de atividades acadêmicas, mudanças nos perfis comportamentais dos próprios estudantes e mesmo dificuldade econômica propiciam a escolha por lanches rápidos em detrimento de alimentação nutricionalmente balanceadas, refeições em horários não regulares ou até mesmo omissão de refeições.

Conforme preconizam as diretrizes do PNAES, as IFES dispõem de recursos orçamentários e possuem autonomia para fazer a gestão dos mesmos, de acordo com suas prioridades.

Ao observar a evolução da execução orçamentária do PNAES, ao longo dos anos, percebe-se que o valor destinado ao pagamento do auxílio alimentação sempre teve um peso significativo em relação ao total de recursos, conforme demonstrado pelo gráfico 7:

Gráfico 7 – Execução orçamentária do PNAES por ação/auxílio - entre 2012 a 2016



Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

A partir da análise do gráfico, verifica-se que entre 2012 a 2015, mais da metade de todo o orçamento do PNAES, reservado ao pagamento de auxílios a estudantes, é destinado ao pagamento do auxílio alimentação. A proporção do orçamento destinada a esse auxílio foi decrescente, chegando a 48% em 2016.

O auxílio alimentação é o único auxílio concedido a todos os beneficiários do PAF, evidenciando assim, a importância e prioridade dessa área estratégica. Almeida (2012, p.29) realça que, dentre as áreas estratégicas do PNAES, “a alimentação tem arrecadado a maior parte do auxílio financeiro provindo do programa, com vista ao fornecimento de refeições aos estudantes com baixa condição socioeconômica”.

Ainda que uma parte significativa do recurso do PNAES seja destinado ao auxílio alimentação, não se tem a garantia de que esse recurso esteja sendo efetivamente utilizado para este fim. Um entrevistado aponta isso em sua resposta.

Exatamente isso que eu te falei, porque como a gente paga o recurso em conta corrente, a gente não tem garantia que eles usem o recurso para se alimentar, e se alimentar bem, né... Pelos relatos que a gente tem, a gente não tem como demonstrar isso, mas a gente tem vários relatos, inclusive de professores, que tem mais proximidade com um aluno, que eles usam esse dinheiro para outras coisas que não alimentação.

Assim sendo, o fato do discente receber o auxílio alimentação em conta, não necessariamente faz com que ele se alimente do que é oferecido pelo RU, podendo o mesmo

utilizar desse auxílio específico para outros fins. O mesmo pode utilizar-se da prática de omissão das refeições que são servidas no RU de seu campi, para utilizar esse recurso para sanar problemas provenientes de outras ordens econômicas, que não alimentação, ou mesmo se alimentar de lanches a refeições (PEREZ et al., 2016).

Vieira et al. (2002) identificaram que 49% dos estudantes universitários preferiam lanchar a realizar uma refeição, mesmo todos eles possuindo refeições oferecidas a preços subsidiados em restaurantes universitários em seus respectivos campi.

Mussio (2015) questiona como se dá a garantia desse direito nas IFES, ao considerar a importância da alimentação para o desenvolvimento do educando e seu importante papel ligado à diminuição da evasão e o aumento da permanência dos estudantes.

Como o auxílio é pago em dinheiro aos beneficiários e há baixa adesão à utilização do RU mantido pela instituição, não existem garantias de que os recursos estejam sendo utilizados para os fins propostos no programa.

Alguns entrevistados corroboram essa constatação, indicando que a atual forma de repasse do auxílio alimentação não garante que os beneficiários estejam se alimentando de forma adequada: "Ela (atual forma de repasse) não garante porque, a gente sabe que, algumas vezes o aluno deixa de gastar o dinheiro que tem para alimentação, para complementar e pagar outras contas". No mesmo sentido, outros dois entrevistados são mais enfáticos, de acordo com os excertos a seguir.

Porque, como a gente conhece muitos alunos da assistência, vemos que muitos, após ter sido alterada a forma de pagamento do auxílio alimentação, pagando direto em conta, muitos não fazem mais as refeições no restaurante, onde se tem o controle tanto de quantidade, quanto de qualidade dos alimentos, para assegurar uma refeição segura e equilibrada pra eles. E, o repasse sendo feito em conta, não tem como a gente assegurar se ele está consumindo alimentos de qualidade ou se ele está com uma má alimentação, consumindo alimentos super-calóricos ou fazendo refeições em *fast food's*. [...] Dessa forma, garantir aquilo que é de prioridade em relação à alimentação, não tem como a gente garantir. Então da forma como está sendo hoje, eu não acredito que está sendo garantida a alimentação de qualidade para ele não.

A gente tem que fazer um jeito de garantir outra estrutura de suporte para garantir que o dinheiro da alimentação seja utilizado para alimentação e que ele tenha direito a outro ambiente de sociabilidade, de cultura.

Mesmo aqueles que defendem a autonomia do sujeito, por meio da qual o estudante possa fazer a administração desse recurso como bem entender, escolhendo o que comer e onde fazer suas refeições, reconhece a importância que o RU tem na alimentação da comunidade acadêmica. Entendem também que, pela realidade conhecida e vivenciada e pela observação do comportamento dos usuários do RU, não se tem nem a garantia de uma boa

alimentação, nem mesmo que esse recurso esteja sendo gasto com alimentação, conforme aponta um entrevistado nas falas a seguir.

Então, eu acho que tem uma complexidade muito grande da assistência estudantil, que tem que combinar, e fazer dialogar: o direito e autonomia do sujeito. Porque se a gente tem um aluno sem fortalecimento, que não é empoderado, não dá nem para discutir com ele, que alimentação é um direito elementar, porque assim, eu acho que outra dimensão que é muito importante da sua pesquisa, é entender alimentação na seara de direitos humanos né?! É direito à sobrevivência. Porque a gente está falando que esse sujeito da assistência estudantil, hoje, ele está avaliado como alguém que não consegue se alimentar, não consegue morar. Se ele não consegue isso, que é elementar do ser humano, que deveria estar sendo saciado por uma política de assistência social do nosso país, que não tem dado conta disso, como que a política de assistência estudantil vai manejar tudo isso?!

Então tem modalidades aí de desejo das pessoas, expectativas de que o RU seja de fato um ambiente de convivência e de sociabilidade e de você saciar a sua necessidade. E eu acho que não é utopia. É um aluno poder estar aqui, se alimentar, descansar e voltar pra aula. E também só voltar pra casa dele, depois dele ter vivido esse processo aqui. Um Restaurante Universitário muda muito a cultura de uma universidade. Ele tem uma função de sociabilidade, de cultura, de jeito e de encontro das pessoas, que eu acho que é insubstituível. É diferente que você ver um monte de gente comendo em um monte de lugar diferente. Sem falar da qualidade nutricional, da exigência de um profissional da nutrição para elaborar o cardápio, pra ver a qualidade do alimento. O RU associado ao direito à alimentação com segurança alimentar e vigilância nutricional, e também como espaço de convivência e sociabilidade.

Contudo, é preciso apontar que há algo de contraditório nessas posições. Alguns dos entrevistados, ao mesmo tempo em que defendem a autonomia do sujeito de utilizar os recursos do auxílio alimentação, onde e como quiserem, mesmo sabendo que muitos estudantes não mantêm hábitos saudáveis de alimentação, afirmam que é necessário garantir alimentação como direito elementar; garantir que o recurso destinado à alimentação seja utilizado para essa finalidade; e garantir que os estudantes tenham direito a um ambiente de sociabilidade e cultura como o RU.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o auxílio alimentação não deve ser tratado como uma ação apenas para matar a fome. As ações para essa área estratégica devem ir muito além, pois se trata do princípio de dignidade da pessoa humana, em ter acesso a uma alimentação saudável e de qualidade.

Leibovich (2015), ao fazer uma avaliação do consumo de usuários de um RU, aponta o fato de ser comum para os estudantes a cultura de alimentar-se em *fast food's* e afirma que "o fornecimento de refeições no RU está cumprindo o seu papel de garantir a igualdade de condições aos estudantes que estão submetidos à alimentação do restaurante".

No início, em 2008, o auxílio alimentação na UFTM era pago aos estudantes por meio de um cartão alimentação. Assim, os beneficiários recebiam um valor creditado nesse cartão,

podendo utilizar esse recurso para comprar alimentos. Com o passar do tempo, foram identificadas algumas questões sobre o pagamento via cartão alimentação, conforme descrito por um entrevistado: “havia poucos estabelecimentos credenciados, gastos para manutenção desse serviço e ainda, identificou-se vários discentes que vendiam os créditos do cartão, convertendo-os em dinheiro, em espécie”.

Ao reconhecer essa situação, na tentativa de garantir uma destinação apropriada para o recurso e, conseqüentemente, garantir uma alimentação adequada aos beneficiários do auxílio, optou-se por alterar a forma de repasse do auxílio. A partir de 2013, o auxílio alimentação começou a ser pago em dinheiro, diretamente na conta corrente dos beneficiários.

Em 2014, com a inauguração do RU na UFTM, a forma de repasse do auxílio alimentação foi novamente alterada. Nessa ocasião, a alteração atingiu apenas os beneficiários que estudavam na Unidade Univerdecidade, onde se localiza o RU, sem alteração para os demais beneficiários. O auxílio alimentação para esses estudantes passou a ser pago, metade em *tickets*, metade em dinheiro. Assim, os alunos recebiam um *ticket* por dia letivo, que poderia ser utilizado para almoço ou jantar no RU e o valor de uma refeição por dia letivo, em dinheiro.

Já nos primeiros meses distribuindo os *tickets* para o RU, identificou-se uma grande divergência entre os *tickets* entregues para os beneficiários e os que eram utilizados no RU. Um entrevistado relata que "aí o *ticket* virou moeda de troca, os alunos pegavam o *ticket* e vendiam a outros alunos, às vezes até com desconto, pra ficar com o dinheiro mesmo", o que também pontuou um entrevistado.

Conhecemos de certa forma, grande parte dos alunos da assistência e em várias ocasiões, percebíamos muitos alunos que estavam apresentando *ticket* no RU não recebiam os auxílios [...] E alguns alunos mesmo, chegavam até a falar que tinham comprado de gente que não utilizava o RU.

Descobriu-se, assim, que alguns estudantes estavam vendendo os *tickets* e que outros beneficiários os acumulavam, ao longo dos meses, sem utilizá-los.

Essa realidade começou a afetar diretamente a previsão e o controle de gastos do PNAES, uma vez que não se podia antever quantos *tickets* seriam utilizados de fato. Diante disso, em 2015, houve nova alteração na forma de repasse do auxílio alimentação, voltando ser pago em espécie, na conta corrente, para todos os beneficiários. Decisão que se mostra divergente do que pensam alguns participantes desta pesquisa, como se pode notar na fala de um entrevistado.

Eu não vejo muita lógica em manter um RU e pagar auxílio alimentação na conta dos estudantes. O repasse financeiro direto na conta dos alunos não garante que ele utilize o dinheiro com alimentação. Por exemplo, eu sou a favor de fornecer o benefício liberando acesso ao RU.

Diante do exposto, entende-se que uma das opções que as instituições têm para certificar a destinação do recurso para sua finalidade e buscar uma maior garantia de acesso a uma alimentação saudável é subsidiando as refeições no RU.

Assim, os RUs são muito importantes numa proposta de assistência estudantil que busque não apenas “encher a barriga” de seus estudantes, mas assegurar-lhes uma boa alimentação. A alimentação oferecida pelos RUs deve atender critérios de alimentação saudável, considerando as diretrizes nacionais do Ministério da Saúde brasileiro e também da Organização Mundial da Saúde (LEIBOVICH, 2015).

O valor do auxílio, ainda que não exista política definitiva para fixação do mesmo, tem acompanhado o valor unitário da refeição servida no RU para os alunos da graduação, como forma de subsidiar, naquele equipamento, o custo total da refeição do beneficiário do auxílio, ou complementá-la, nos casos de não utilização do RU. O contrário – redução do valor do subsídio com base na diminuição dos preços da refeição no RU – porém, não acontece, conforme demonstrado no quadro 4, do item Auxílios Financeiros a Estudantes na UFTM, o que deixa um “saldo” positivo no valor pago aos estudantes da Unidade Univerdecidade.

Pelo exposto, percebe-se a grande desafio da gestão na definição de alternativas/estratégias que garantam o uso do auxílio alimentação para o fim a que foi destinado.

4.4 O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA UFTM

A UFTM conta apenas com um Restaurante Universitário em funcionamento, localizado na Unidade Univerdecidade, que foi inaugurado em 2014. Essa unidade situa-se a uma distância de 5 km do centro da cidade, tornando o RU, uma das únicas opções de refeição próxima a essa unidade. As instalações físicas de outro RU na Unidade Abadia já foram concluídas, mas a instituição ainda precisa adquirir os materiais e equipamentos para seu funcionamento.

O RU é vinculado à PROACE e atende a comunidade acadêmica, servindo refeições no almoço e no jantar, com o objetivo de fornecer uma alimentação nutricionalmente balanceada e preparada em boas condições higiênico-sanitárias aos seus usuários, sejam eles

discentes, servidores, funcionários terceirizados ou visitantes da UFTM. O RU desempenha um importante papel para a saúde e bem estar da comunidade acadêmica e contribui para a execução da política de assistência estudantil, na instituição.

Desde sua inauguração, em 17 de maio de 2014, a gestão do RU é terceirizada, assim como na maioria das IFES na atualidade. A terceirização, dentre vários fatores, se dá pela falta de recursos para fazer a autogestão, principalmente pela ausência de cargos relacionados à preparação de refeições, os quais foram extintos pelo Decreto nº 4.547, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a extinção de cargos efetivos no âmbito da Administração Pública Federal, tais como cozinheiro, auxiliar de cozinha, copeiro e servente de limpeza (SILVEIRA, 2012; ANGELIM, 2010).

A primeira gestão do RU foi realizada pela empresa RC Nutry Alimentação, que venceu o primeiro processo licitatório e realizou a administração do restaurante até junho de 2015. A partir de julho de 2015, a empresa Valdair Vieira Barbosa - ME assumiu a gestão, tendo seu contrato prorrogado até julho de 2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c).

A equipe do restaurante universitário é formada por uma nutricionista, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, quatro auxiliares de serviços gerais, uma auxiliar de limpeza e uma funcionária para o caixa, todos contratados pela empresa terceirizada. Uma nutricionista, servidora pública federal, lotada na PROACE, acompanha as atividades do RU, como fiscal do contrato.

As refeições servidas no RU são preparadas de modo a oferecer uma alimentação mais equilibrada quantitativa e qualitativamente, seguindo o cardápio elaborado pela nutricionista da contratada e validado pela nutricionista fiscal do contrato.

7. DA REFEIÇÃO 7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer uma alimentação saudável, de qualidade sensorial e nutricionalmente balanceada para os alunos, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes da UFTM / Univerdecidade e será responsável pelos serviços de cozinha e restaurante na UFTM/ Univerdecidade. 7.1.1. A alimentação deverá conter um valor energético em torno de 800 Kcal para o almoço e 600 Kcal para o jantar. 7.1.2. A empresa deverá afixar os cardápios do almoço e jantar à entrada do refeitório, com o respectivo valor calórico total (VCT), com antecedência mínima de 01(uma) semana, sendo que esse cardápio deverá ser previamente discutido com a nutricionista da CONCEDENTE. 7.1.3. O atendimento no RU deverá ser misto com *self-service* para todas as preparações, exceto para a carne (1 pedaço ou quantidade conforme a gramagem estipulada), o refresco (200 ml por pessoa) e a sobremesa (uma unidade de doce ou fruta por pessoa), que serão porcionados. Obs.: Cada comensal poderá se servir na pista somente uma vez (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018a).

Esse cardápio também atende à periodicidade de preparações previstas no contrato e é baseado na sazonalidade dos ingredientes, na harmonia do preparo e nas preferências da comunidade acadêmica.

No final do ano de 2016, o valor da refeição era de R\$ 9,40. Esse valor era cobrado dos servidores, funcionários terceirizados, estudantes da pós-graduação e visitantes da instituição. Para todos os estudantes da graduação, o subsídio era de R\$2,00, sendo assim, o preço da refeição para os discentes, era de R\$ 7,40 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c).

Segundo Maia (2008), o fato de haver subsídios na alimentação para os usuários de um RU fortalece a imagem da IFES onde está inserido, bem como contribui para a permanência daqueles que efetivamente utilizam do local para realizar suas refeições.

Cabe ressaltar que o valor da refeição a partir de agosto de 2018, passou a ser de R\$5,44 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018c), resultando em uma redução de R\$ 1,96 no valor de cada refeição servida até julho daquele ano para os alunos da graduação. A tabela 4 apresenta os valores das refeições do RU, desde sua inauguração em 2014.

Tabela 4 – Valores das refeições servidas no RU

Ano	Período	Valor da refeição no RU	Subsídio UFTM ¹⁶	Valor refeição para os alunos graduação
2014	a partir maio	R\$5,85		R\$5,85
2015	até abril	R\$5,85		R\$5,85
	de maio a julho	R\$8,00	R\$1,00	R\$7,00
	a partir de agosto	R\$8,40	R\$1,00	R\$7,40
2016	janeiro a junho	R\$8,40	R\$1,00	R\$7,40
	julho a dezembro	R\$9,40	R\$2,00	R\$7,40
2017	janeiro a dezembro	R\$9,40	R\$2,00	R\$7,40
2018	até julho	R\$9,40	R\$2,40	R\$7,00
	a partir de agosto	R\$7,84	R\$2,40	R\$5,44

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

Importante salientar que os beneficiários do PAF passam a receber um valor maior que duas refeições por dia letivo. Esse ‘saldo’ é reflexo da não aplicabilidade ao valor do benefício das reduções no preço da refeição no RU.

¹⁶ Subsídio oriundo do orçamento geral da instituição aplicado nas refeições servidas a todos os discentes da graduação.

A redução no preço da refeição do RU é um importante avanço para a política de assistência estudantil, na UFTM, e pode contribuir para uma maior adesão à utilização do RU. Desde a sua implementação, a quantidade de refeições servidas em sua totalidade, considerando as subsidiadas e as não subsidiadas, era menor que a quantidade de refeições pagas na conta dos beneficiários do auxílio alimentação que estudavam na unidade onde o RU está instalado. No ano de 2016, dos 5.731 alunos matriculados na graduação, 43% (2.466 discentes) estudavam nessa unidade (anexo 3).

Ao analisar as refeições servidas no ano de 2016, tem-se a distinção entre a quantidade de refeições subsidiadas (destinadas aos estudantes da graduação) e as refeições não subsidiadas, que são as destinadas aos servidores, funcionários terceirizados, estudantes de pós-graduação e visitantes (tabela 5).

Tabela 5 – Controle de refeições servidas no RU em 2016

Refeições servidas ¹⁷	Total anual	Média mensal ¹⁸	Média diária ¹⁹
Subsidiadas ²⁰	49.910	4.159	208
Não subsidiadas	5.559	463	24
Total	55.469	4.622	232

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c.

Nota-se, por meio da tabela 5, que cerca de 90% das refeições servidas (49.910), em 2016, eram para os discentes da graduação. Ainda assim, é observada baixa adesão à utilização do RU pela comunidade acadêmica, visto que a média diária total era de 232 refeições servidas (almoço e jantar), e o universo de matriculados na graduação nos cursos dessa unidade, no mesmo ano, era de 2.466 estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017b).

A baixa adesão também é observada em relação aos estudantes que são assistidos pela assistência estudantil. De acordo com o Relatório de Gestão 2016 da PROACE, no ano de 2016, na Unidade Univerdecidade, 596 alunos foram beneficiados com o auxílio alimentação e a média diária de refeições subsidiadas servidas no RU é de 208 refeições, considerando almoço e jantar. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c). Esse dado mostra que se os beneficiários da assistência estudantil da referida unidade fizessem, no

¹⁷ Refeições servidas referem-se à almoço e jantar.

¹⁸ Média simples, contabilizando doze meses no ano.

¹⁹ Média simples, contabilizando vinte dias no mês.

²⁰ Esse subsídio refere-se ao subsídio oriundo do orçamento geral da UFTM, que abrange todos os alunos da graduação.

mínimo, uma refeição por dia no RU, aumentaria quase seis vezes a média diária de refeições subsidiadas (para alunos da graduação) servidas no RU. Ressalta-se que como o RU serve duas refeições por dia (almoço e jantar), a média diária de refeições servidas aos alunos da graduação é de 104 refeições.

Haddad (2013) realizou um estudo sobre a contribuição do RU como instrumento de assistência estudantil, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, e identificou que o RU é uma importante ferramenta na assistência estudantil, principalmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A autora destaca que o RU, além de garantir acesso a uma alimentação de qualidade, proporciona economia de tempo e dinheiro aos estudantes e representa a democratização do espaço universitário.

As estratégias de educação nutricional se mostram importantes e são bem sucedidas, ao combinar informação e motivação. Proporcionam a divulgação do conhecimento sobre as vantagens de uma alimentação saudável e balanceada e incentivam a adoção de melhores hábitos alimentares no cotidiano dos estudantes (LEIBOVICH, 2015).

Dada a sua importância para a vida acadêmica, é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão. É necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2007). Além disso, Teixeira et al. (2004) destacaram a necessidade de promover a divulgação do conhecimento relacionado a boas práticas alimentares adotadas no RU, contribuindo para educação nutricional e promovendo a aquisição de hábitos mais saudáveis para a comunidade acadêmica (TEIXEIRA et al., 2004).

4.5 DESAFIOS DA GESTÃO - PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS

A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar alguns desafios enfrentados para a gestão da assistência estudantil na instituição:

- I. Dificuldade de contemplar todas as áreas elencadas pelo PNAES;
- II. Insuficiência orçamentária diante da demanda;
- III. Garantir alimentação nutricional adequada aos estudantes;
- IV. Participação discente e de toda a instituição na assistência estudantil.

Na sequência, cada um desses desafios são descritos. Percebe-se que os três primeiros correspondem a desafios identificados pelo FONAPRACE, em deliberações de reuniões de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, em 2010. Nessas reuniões, os Pró-Reitores elencaram dez principais desafios a serem enfrentados pelas IFES e apresentaram temas relevantes para subsidiar a ANDIFES, na elaboração do planejamento estratégico da assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

I. Dificuldade de contemplar todas as áreas elencadas pelo PNAES.

A incapacidade das IFES brasileiras de contemplar todas as áreas estratégicas da assistência estudantil estabelecidas pelo PNAES pode ser observada no conjunto de benefícios oferecidos por cada instituição, que são diferentes entre si e não contemplam a totalidade dessas áreas estratégicas. Naturalmente que essas diferenças explicitam as peculiaridades e necessidades do corpo discente de cada IFES brasileira, mas o fato é que não foi encontrada nenhuma instituição que consiga atender aos estudantes beneficiários do orçamento do PNAES, em todas as áreas previstas no decreto que institui o programa.

Nesse sentido, percebe-se que, historicamente, as IFES entendem as necessidades dos estudantes, reduzindo-as às necessidades de sobrevivência, interpretadas equivocadamente como necessidades básicas. Por isso prevalecem os programas focalizados nas bolsas de auxílios financeiros, principalmente para alimentação, moradia e transporte.

Na UFTM, apesar de conseguir contemplar a maioria das áreas estratégicas elencadas pelo PNAES, não existem ações de assistência estudantil voltadas para as áreas relacionadas à creche, cultura e inclusão digital.

II. Insuficiência orçamentária diante da demanda.

A insuficiência do orçamento destinado à assistência estudantil desafia os gestores no planejamento das propostas para as comunidades acadêmicas e no cumprimento das ações, não só na UFTM, mas, de modo geral, em todas as IFES do país.

As propostas de ampliação dos recursos, discutidas pelos gestores de assistência estudantil, nos encontros do FONAPRACE, infelizmente nunca tiveram efeito sobre o orçamento que é destinado ao PNAES.

Mesmo sob o alerta de que essas propostas de ampliação dos recursos se baseavam na preocupação dos gestores, diante das realidades das IFES, e que não se contaria mais com os

recursos do REUNI a partir de 2013, não se conseguiu ainda que o orçamento do PNAES seja suficiente diante das demandas atuais. Isso torna ainda mais complexo o desafio de absorver os impactos da expansão das universidades e do aumento crescente da demanda por assistência estudantil nas IFES.

III. Garantir uma alimentação nutricionalmente adequada aos estudantes.

O desafio de garantir alimentação adequada e balanceada aos estudantes já fora identificado pelo FONAPRACE como um desafio a ser superado por várias instituições, indicando a necessidade de fortalecimento de uma política de alimentação com construção de RUs em instituições novas, expandidas ou que não possuem esse serviço, como é o caso da UFTM, que não possui RU em todos os campi.

A UFTM é uma universidade expandida recentemente e a inauguração do seu primeiro RU, em 2014, na Unidade Univerdecidade, foi um importante passo em direção a superar esse desafio. Entretanto, para que a instituição consiga oferecer uma assistência estudantil efetiva em relação à alimentação, é essencial que ela possa contar com restaurantes universitários em todas suas unidades e campus para atender a toda comunidade acadêmica.

A necessidade de criação, adequação e/ou ampliação de infraestrutura para alimentação na UFTM vem sendo trabalhada pela gestão da instituição e está prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)²¹ do ciclo 2012 a 2016, e também na Minuta do PDI referente a 2017 a 2021, ainda não aprovada pelo Conselho Superior Universitário (CONSU).

FONAPRACE (2012) defende o fortalecimento da Política de alimentação com construção de restaurantes universitários nos novos campi, nas novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nas IFES que não têm esse serviço.

Nesse sentido, o FONAPRACE encaminhou à ANDIFES, por Deliberação da 47ª. Reunião Ordinária do FONAPRACE, a necessidade de ações junto ao MEC e ao MPOG de reconsiderar cargos extintos na carreira do Serviço Público Federal, por exemplo, aqueles relacionados à produção e distribuição de alimentos (FONAPRACE, 2012).

De acordo com Carvalho et al. (2014, p. 8) “A implementação dos RUs busca colaborar para o alcance de uma efetiva política de assistência estudantil dentro de uma

²¹ O PDI é um importante documento norteador das diretrizes e políticas institucionais e se apresenta com um guia para os gestores, atuais e futuros, na construção de um plano de gestão voltado para o alcance de metas e objetivos por ele estabelecidos.

universidade multicampi”. Nesse sentido, esforços para equipar e colocar em funcionamento o RU da Unidade Abadia e para a viabilização da construção de um RU, no campus de Iturama, tornam-se essenciais para a garantia de assistência estudantil em alimentação a toda comunidade acadêmica, em seus diferentes campi e unidades. Atualmente, se tem a garantia de acesso a uma alimentação adequada apenas na Unidade Univerdecidade, onde o RU está instalado.

Leibovich (2015, p.40) afirma que “o apoio do RU aos estudantes universitários torna-se, então, essencial para o desenvolvimento de políticas de alimentação que garantam condições de permanência e de conclusão do curso”.

IV. Participação discente e de toda a instituição na assistência estudantil.

Apesar da participação do movimento estudantil ter sido fundamental para a consolidação da assistência estudantil na UFTM, com a criação de uma Pró-Reitoria específica para a área, a percepção de alguns entrevistados é de que faltam interesse e participação discente no desenvolvimento da assistência estudantil na instituição. Relata-se que a não participação de discentes em reuniões relacionadas à assistência estudantil é frequente, mesmo que os estudantes – especialmente os que compunham a diretoria de cada gestão do Diretório Central dos Estudantes - tenham sido insistentemente convidados. Nesse sentido, dois entrevistados relataram essa preocupação.

Então, quer dizer, a gente sabe que no geral, os alunos geralmente, são passivos... Infelizmente. E aqueles que são mais politizados, os são de uma maneira quase... Que eu não vou dizer que seja ilegítima, mas a um viés que não corresponde, quer dizer, eu diria até que não é muito honesto. Por que, se houvesse justamente, esse diálogo, essa contribuição, esse espírito aberto e tudo seria mais tranquilo, mais fácil ou pelo menos as coisas seriam mais transparentes. Porque transparência, que muitas vezes se exige do profissional, do servidor, nem sempre é aquilo que a gente tem pela parte dos jovens. Né?! Infelizmente.

Uma importante coisa que falta para essa gestão ficar perfeita é a participação dos alunos. Né?! Eu acho que se, se a gente tivesse uma participação efetiva dos alunos, de tal forma que eles viessem realmente para contribuir, não só para ficar contrariando, dando contra, como a gente já teve algumas experiências... Mas eu acho que a gente, com tempo a gente vai conseguir isso né?! A gente vai conseguir a participação dos alunos efetivamente, a gente vai conseguir isso.

É observada a falta de um Regulamento para a assistência estudantil na instituição, necessário para nortear e estruturar as ações da assistência prestada aos estudantes. Um entrevistado comenta também, sobre a necessidade de criação de um Conselho da Pró-Reitoria, que seria capaz de integrar a comunidade discente nas discussões, estratégias e

decisões relacionadas à assistência estudantil. "A gente vai conseguir a participação dos alunos efetivamente, quando a gente conseguir instituir o COACE, que é o conselho da PROACE".

Entende-se que a assistência estudantil é de responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, inclusive e principalmente dos seus beneficiários que, ao participarem de forma efetiva, podem contribuir para a identificação das demandas e ajudar na elaboração de propostas efetivas para as ações de assistência estudantil.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A partir da análise da realidade da assistência estudantil na UFTM e com o intuito de buscar que os recursos destinados à alimentação sejam efetivamente empregados com essa finalidade, nesse item, apresenta-se a proposta de intervenção, que consiste na alteração da forma de repasse do auxílio alimentação e na formalização da definição do valor desse auxílio.

I. Alteração na forma de repasse do auxílio alimentação.

Com o objetivo de garantir que o recurso do PNAES destinado à alimentação seja utilizado para sua finalidade e, no intuito de proporcionar o acesso do maior número de estudantes possíveis a uma alimentação adequada, principalmente aqueles que fazem parte do Programa de Auxílios, sugere-se alteração na forma de repasse do auxílio alimentação.

O Brasil conta com uma série de políticas públicas que promovem refeições gratuitas ou subsidiadas, que incentivam a oferta de refeições saudáveis em espaços institucionais. Entre elas está a política de restaurantes universitários, parte do Plano Nacional de Assistência Estudantil (BENVINDO; PINTO; BANDONI, 2017).

Martins e Junior (2015, p. 11) afirmam que a execução dos programas de alimentação vinculados ao acesso dos beneficiários aos RUs, como é o caso da UFSC e de muitas outras IFES, “tem sido eficiente na medida em que tem buscado atender o maior contingente de alunos com fragilidade socioeconômica”.

Nesse sentido, da mesma forma como já se faz em muitas universidades federais, a proposta para a UFTM consiste em garantir acesso gratuito às refeições no RU, ao invés de repassar, em espécie, o valor das refeições aos beneficiários.

Ao garantir isenção no RU, torna-se possível assegurar que o recurso do PNAES destinado à alimentação seja utilizado para essa finalidade e, com isso, tem-se a garantia de acesso a uma alimentação saudável e balanceada e proporciona maior utilização do RU. Esse impacto na demanda refletirá num possível impacto nos custos do restaurante, que poderá viabilizar a redução do valor unitário das refeições.

A operacionalização dessa alteração não acarretará necessidade de investimento financeiro, visto que, pela análise da documentação referente aos processos licitatórios para a concessão de uso oneroso de área e de equipamentos destinados à exploração dos serviços do RU, já é previsto que a concessionária deverá operar e manter um sistema eletrônico adequado, confiável e auditável, para que possa ser feito o controle do número de refeições

servidas, com a identificação dos usuários, conforme item 19.42 do Edital nº17/2018 – Pregão eletrônico.

19.42. A CONCESSIONÁRIA deverá operar e manter um sistema eletrônico adequado, confiável e auditável de controle do número de refeições fornecidas diariamente e que identifique o usuário e seu histórico de utilização do restaurante, além de fornecer relatório do fechamento diário e mensal do controle de refeições para a Fiscal do Contrato. O sistema deve prever equipamento registrador (caixas registradoras, computadores, cartões magnéticos exclusivos ou outros) dos pagamentos efetuados (por meio de cartões magnéticos ou outros que venham a ser definidos, em comum acordo com a CONCEDENTE) e entregar uma cópia do fechamento de caixa à CONCEDENTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2018a).

Assim, o acesso ao RU poderá ser feito por controle de entrada viabilizado pelo próprio crachá do estudante, o qual já possui tarjeta magnética e poderá ser utilizado no sistema eletrônico de controle de entrada.

Diante da realidade da instituição que não dispõe de restaurantes em todos os seus campi e unidades, essa proposta de intervenção contemplará, primeiramente, os discentes que estudam na unidade onde o RU está instalado, que correspondem a 37% dos beneficiários da assistência estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017c).

Martins e Junior (2015) relatam que a UFSC, assim como outras IFES, garantem acesso gratuito ao RU para os beneficiários da assistência estudantil. Entretanto, diante da inexistência de RU no campus de Blumenau, operacionalizou-se o acesso à alimentação aos estudantes exclusivamente desse campus por meio do auxílio alimentação, pago em dinheiro aos beneficiários.

A prática de pagamento de auxílio alimentação exclusivamente para estudantes de *campi* em que não há restaurante ou refeitório, mantidos pela própria Instituição, também é realidade no IFTO (DIAS, 2015).

No caso da UFTM, propõem-se uma alteração que vai ao encontro dos casos da UFSC e do IFTO, visto que os graduandos que estudam na Unidade Univerdecidade contam com um RU, mas também recebem o auxílio alimentação em dinheiro. Sendo assim, a proposta é que esses beneficiários deixem de receber, em espécie, o valor de duas refeições diárias e passem a receber apenas uma, tendo, então, o direito de acesso gratuito ao RU, para uma refeição por dia (podendo optar entre almoço ou jantar).

Nesse cenário, devido ao fato da instituição contar apenas com um RU e a localidade em que esse se encontra ser uma região distante dos bairros residenciais, não seria prudente condicionar os estudantes a fazerem as duas refeições diárias no RU, pois eles teriam que despender de mais recursos para custear o transporte.

Propõe-se que, a partir da inauguração do RU da Unidade Abadia, a forma de repasse do auxílio alimentação seja a mesma para todos os estudantes assistidos com recursos do PNAES, em Uberaba, garantindo o acesso a duas refeições por dia letivo, em qualquer um dos RUs da instituição.

Para os graduandos de Iturama, até que o campus disponha de um RU, os beneficiários da assistência estudantil devem continuar recebendo o valor do auxílio alimentação, em espécie, depositado em conta corrente, para subsidiar sua alimentação.

A partir do momento em que a instituição contar com um RU em todas as suas unidades/campi, a forma de repasse do auxílio deverá ser a mesma para todos os discentes.

Com essa ação, além de garantir a destinação efetiva do recurso para alimentação a sua finalidade, permite o acompanhamento da utilização do RU, principalmente dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de estimular a utilização do mesmo.

O RU é considerado um importante instrumento de promoção de educação alimentar e nutricional, pois incentiva a adoção de hábitos alimentares saudáveis e contribui para mudanças comportamentais dos usuários (BENVINDO et al., 2017; GORGULHO et al., 2011).

De fato, o RU revela-se essencial para a assistência e permanência estudantil, ao fornecer acesso à alimentação equilibrada, segura e nutricionalmente saudável a preços módicos (MUSSIO, 2015).

II. Formalizar a definição do valor do auxílio alimentação.

Baseando-se nos editais de concessão dos auxílios, em relação ao valor do auxílio alimentação, embora não exista política ou norma estabelecida para a definição do valor, pode-se constatar que esse acompanhou os reajustes nos preços das refeições servidas no RU, ao longo dos últimos anos.

Para reforçar a previsibilidade dos gastos com auxílios e permitir um incremento no número de beneficiários atendidos, propõem-se atrelar, formalmente, o valor do auxílio ao preço da refeição do RU, acompanhando os reajustes para mais ou para menos.

Ao considerar o valor da refeição, estabelecido a partir de agosto de 2018, e aplicando a ele a proposta deste estudo, o auxílio alimentação seria de R\$ 10,88 por dia letivo, para todos os beneficiários do PAF. Essa alteração proporcionaria uma economia real de R\$ 3,92 por beneficiário, por dia, que permitiria ampliar os beneficiários da assistência estudantil, sem necessidade de incremento orçamentário por parte do Governo Federal.

Para garantir essa ampliação no número de beneficiários para os exercícios seguintes, nessas condições, propõe-se que seja reservada a mesma proporção do orçamento do PNAES prevista para o pagamento do auxílio alimentação. A proposta é que o saldo da diferença do reajuste do auxílio seja utilizado para atender, com o auxílio alimentação, discentes que hoje não são assistidos pelo PAF, por estarem acima do teto de renda familiar per capita do programa, na UFTM (R\$754,00), mas que são público do orçamento do PNAES (renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, com a redução do valor do auxílio, teria-se um saldo da diferença entre o valor pago atualmente e o valor proposto, com o qual seria possível prestar assistência, em alimentação, a mais 1 estudante para cada 3 dos beneficiários que já são atendidos. Isso significa que será possível ampliar, em média, 33% dos beneficiários. Diante do desafio de não conseguir atender toda a demanda para a assistência estudantil, tal proposta permite ampliar a capacidade de atendimento aos estudantes público do orçamento do PNAES e que ainda não são atendidos, em decorrência da restrição orçamentária.

6 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Ressalta-se, inicialmente, como limitação deste estudo a escassez de referências na literatura acerca de boas práticas de gestão de Restaurantes Universitários. Ao se buscar estabelecer o estado da arte, no que se refere ao tema, identificou-se que praticamente não há trabalhos publicados abordando esse assunto.

Outra limitação refere-se à constatação de que as estratégias adotadas por diferentes IFES para o atendimento às demandas do segmento discente da comunidade acadêmica, principal usuário da Política Nacional de Assistência Estudantil, incluindo a área da alimentação, não têm sido avaliadas pelas IFES, conforme documento da CGU, encaminhado às IFES, em 25 de abril de 2017 (BRASIL, 2017a; 2017b). Assim, não há, até o presente momento, uma síntese do que tem dado certo e do que não tem.

Outro aspecto limitante deve-se ao fato de se tratar de um estudo de caso, que impossibilita a generalização dos resultados logrados, ou, da proliferação das propostas de intervenção, dadas as particularidades de cada IFES.

Não obstante, compreende-se que para melhores condições de permanência dos estudantes universitários e conclusão destes do curso de graduação nas IFES, sugerem-se:

- I. Outros trabalhos para identificar se há, em alguma IFES, práticas melhores de gestão da assistência estudantil;
- II. Pesquisas que envolvam múltiplas percepções sobre a assistência estudantil, envolvendo não só os gestores do recurso, mas também os beneficiários, docentes e toda a comunidade acadêmica;
- III. Pesquisas para identificar como se desenvolvem as atividades de gestão dos RUs nas diferentes IFES, verificar se os resultados dessas práticas têm impacto positivo no que se refere à qualidade, na alimentação proporcionada aos discentes, por meio da assistência estudantil;
- IV. Estudos com os egressos beneficiários da assistência estudantil para dimensionar a contribuição dessa assistência na vida acadêmica e na formação dessas pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas de Assistência Estudantil, no país, surgem num contexto de transformação das IFES e de expansão do acesso ao ensino público superior, resultantes dos efeitos do REUNI, do ENEM e do SISU, com o propósito de reduzir os impactos das desigualdades sociais e regionais e na tentativa de oferecer melhores condições de permanência para dos estudantes matriculados no ensino público superior.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal desenvolver um diagnóstico organizacional da gestão da assistência estudantil, em alimentação, na UFTM. Como objetivos secundários, buscou-se compreender e descrever como é feita a gestão dos recursos do PNAES, no âmbito da UFTM, destinados à alimentação, e identificar as dificuldades e desafios da gestão, a fim de fazer uma proposta de intervenção, que possa contribuir para a garantia da efetiva utilização do recurso para sua finalidade: a alimentação.

Os resultados desta pesquisa mostraram que a gestão do recurso destinado à assistência estudantil da UFTM, realizada dentro da limitação do orçamento e da autonomia da instituição, na definição das áreas atendidas, consegue assistir aos estudantes em áreas estratégicas, como atenção à saúde, esporte, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Além da disponibilização de auxílios financeiros para as áreas de alimentação, moradia, transporte e incentivos financeiros a alunos com participação voluntária, em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

As decisões relacionadas ao atendimento das demandas por assistência estudantil, nessas áreas, têm sido resultado de discussões constantes com os membros da equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFTM, que têm participação efetiva nas deliberações, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos do PNAES.

No que se refere à alimentação, foi possível identificar desafios enfrentados pela gestão para assegurar acesso à alimentação adequada, tanto aos beneficiários da assistência estudantil, como a toda comunidade acadêmica. Os desafios estão relacionados à dificuldade de contemplar todas as áreas elencadas pelo PNAES; à insuficiência orçamentária diante da demanda e dos diferentes aspectos a serem contemplados, considerando todas essas áreas previstas no decreto que instituiu o PNAES; à complexidade da tarefa de se garantir que os estudantes tenham de fato uma alimentação nutricionalmente adequada; e à baixa participação

discente e dos demais membros da comunidade acadêmica no processo decisório interno da assistência estudantil.

Entende-se que a atual forma de repasse do auxílio alimentação, por ser feita diretamente na conta dos alunos, não garante o efetivo emprego do recurso para a finalidade à qual se destina. Diante dessas constatações, este trabalho propôs a alteração no formato da definição do valor do auxílio, vinculando-o ao valor da refeição servida no RU, e a alteração na forma de repasse desse auxílio alimentação, garantindo acesso ao RU, ao invés do valor ser repassado na conta dos beneficiários. A alteração do valor atinge todos os beneficiários da assistência estudantil e a forma de repasse do auxílio abrange inicialmente a unidade onde existe o RU. Na medida em que sejam disponibilizados restaurantes, nas demais unidades e campi, a proposta passa a se estender a esses.

Com os efeitos da intervenção, ter-se-á a garantia de acesso à alimentação saudável, incentivar-se-á a utilização do RU, um importante instrumento de promoção de educação alimentar e nutricional na instituição, bem como um relevante espaço de socialização, além de possibilitar um melhor acompanhamento da assistência, em alimentação, principalmente aos alunos atendidos pelo PAF.

O impacto na demanda no RU refletirá nos custos da empresa que gerencia o restaurante, a qual, com o aumento do número de refeições servidas, poderá reduzir o valor unitário das refeições. Assim, toda a comunidade acadêmica poderá ser beneficiada, fazendo com que a atuação da assistência estudantil em alimentação possa ir além da vulnerabilidade socioeconômica.

Por fim, as contribuições da pesquisa visam ampliar as discussões na literatura sobre os aspectos de qualidade, eficiência e efetividade da assistência estudantil, principalmente em alimentação, bem como servir de base para a revisão dessas ações na UFTM e em outras IFES.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano nacional de assistência estudantil**. [Brasília: FONAPRACE, 2007]. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.
- ALMEIDA, Luciana Oliveira de. **Práticas alimentares de usuários de um restaurante universitário**. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12745/1/d.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- ANDRADE, Ana Maria Jung; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00512.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.
- ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Consultoria Legislativa. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. (Estudo, outubro/2011). Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de setembro de 2017.
- ANGELIM, Isabel Cristina Sampaio. Política de assistência estudantil na universidade pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA, 3., Salvador, 2010. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2010.
- ANTUNES, Vinícius Volcof. Expansão e democratização universitária: a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 91-99, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11478>>. Acesso em: 8 set. 2016.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson, 2006.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ASSIS, Anna Carolina Lili de et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Santa Catarina, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- ASSIS, Anna Carolina Lili de. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil na UFJF**. 2013. 120f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora,

2013b. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-ana-carolina-lili-de-assis.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2016.

BARDAGI, Marúcia Patta; ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Apoio institucional a estudantes estrangeiros e minoritários no Brasil: algumas considerações. In: HUTZ, Cláudio Simon (Ed.). **Avanços em psicologia comunitária e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 297-325.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. Manual Prático.

BENVINDO, Joyce Larissa da Silva; PINTO, Ana Maria de Souza; BANDONI, Daniel Henrique. Qualidade nutricional de cardápios planejados para restaurantes universitários de universidades federais do Brasil. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 447-464, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/25890>>. Acesso em: 8 set. 2016.

BEHR, Ariel et al. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, ago. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 4.547, de 27 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a extinção de cargos efetivos no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, 27 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4547.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 24 de abril 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Nossa História**. 2018. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hc-uftm/historia>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de dezembro de 2007. Seção 1, p. 39.

_____. Ofício Circular nº 2/2017/DIPES/SESU/SESU-MEC, de 25 de abril de 2017. **Relatório da auditoria Controladoria-Geral da União – Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, 25 de abril de 2017a. [e-mail institucional]

BRASIL. Presidência da República. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. Diretoria de Auditoria da Área Social. Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação Superior e Profissionalizante. **Relatório Consolidado PNAES**. [Brasília, DF, 2017b]. 18p. Disponível em: <[http://www.dds.dac.unb.br/images/Relatorios-DDS/Relatorio Preliminar Consolidado PNAES 2017.pdf](http://www.dds.dac.unb.br/images/Relatorios-DDS/Relatorio_Preliminar_Consolidado_PNAES_2017.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisas em ciências humanas e sociais. DOU n. 98, seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRANCO, Amanda Leal Castelo et al. O Processo de escolha por um curso superior após a “Lei de Cotas” e o ENEM/SISU: o caso dos cursos de licenciaturas da UFV Campus Viçosa. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 21-33, 2016. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1213>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política - RECP**, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

CARVALHO, Fabricio; LEDUÍNO, Luiz. Desafios atuais da Assistência Estudantil. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012. Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

CARVALHO, Luiz Gustavo de et al. Impactos da implantação da política de alimentação subsidiada na UNIPAMPA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA, 3., São Borja, 2014. **Anais...** São Borja: UNIPAMPA, 2014.

CATTAFESTA, Monica et al. Condições higiênico-sanitárias de um restaurante universitário e as práticas alimentares de seus usuários. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 14, n. 4, p. 36-43, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/view/5117>>. Acesso em: 3 out. 2017.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p.78-100, 2012. Disponível em: < <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

COSTA, Márcio. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 351-365, 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/2214/3958>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

COSTA, Nathalia Almeida et al. Análise do custo do resto ingestão do restaurante universitário da Universidade Federal do Acre. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Rio Branco, v. 4, n. 1, p. 208-218, 2017. Disponível em: <revistas.ufac.br/revista/index.php/SAJEBTT/article/view/1126/817>. Acesso em: 5 mai. 2018.

DIAS, Ionara Silva Chaves. **Avaliação da política de assistência estudantil: o auxílio alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas**. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/100>>. Acesso em: 6 set. 2016

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ALVAREZ ESTRADA, Adrian; RADAELLI, Andressa Benvenuti. Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil. **Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, feb. 2014. Disponível em: < <http://atlante.eumed.net/permanencia-educacao-superior/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

FONAPRACE: **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação ANDIFES. UFU, PROEX, 2012. 212p. Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Amanda Marques de Oliveira; PASSOS, Guiomar de Oliveira. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PANES) nos institutos federais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 417-444, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/469/showToc>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

GORGULHO, Bartira Mendes; LIPI, Marisa; MARCHIONI, Dirce Maria Lobo. Qualidade nutricional das refeições servidas em uma unidade de alimentação e nutrição de uma indústria

da região metropolitana de São Paulo. **Rev Nutr**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 463-472, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732011000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 6 abr. 2018

HADDAD, Mariana Rebello. **O Restaurante Central como mecanismo de assistência estudantil**: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6311/1/Mariana%20Rebello%20Haddad.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

LAKATOS, Eva Martins; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEIBOVICH, Ygraine Hartann. **Avaliação do consumo alimentar de estudantes frequentadores do Restaurante Universitário da UnB**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18665/1/2015_YgraineHartmannLeibovich.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MACHADO, Anaely da Silva. **O ensino e a pesquisa nas universidades brasileiras para a inovação**. 2013. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6441/1/2013_AnaelydaSilvaMachado.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MAIA, Tania Maria Lacerda. **Planejamento e gestão estratégica para o Restaurante Universitário da UFC em um cenário da expansão do número de alunos**. 107f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2857/1/2008_dis_TMLMaia.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MARTINS, Maria das Graças; JUNIOR, Alécio Carminatti. Programa alimentação como política pública de assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: um estudo de caso. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15. Mar de Plata, Argentina, 2015. **Anais...** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136049>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Daniela de Castro. **A gestão da demanda em cadeias de suprimentos**: um estudo no setor atacadista distribuidor de produtos de mercearia básica. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2011.

Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3365?show=full>>. Acesso em: 12 set. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MUSSIO, Bruna Roniza. **A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior**: uma análise das universidades federais brasileiras. 2015. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/721>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

OLIVEIRA, Renata Nenassi; GUAGLINONI, Dalton Geraldo; DEMONTE, Aureluce. Perfil do usuário, composição e adequação nutricional do cardápio oferecido em um restaurante universitário. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 16, n. 4, p. 397-401, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/49599897_PERFIL_DO_USUARIO_COMPOSICAO_E_ADEQUACAO_NUTRICIONAL_DO_CARDAPIO_OFERECIDO_EM_UM_RESTAURANTE_UNIVERSITARIO>. Acesso em: 02 abr. 2018.

OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de. Educação e direito à alimentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 29 nov. 2017.

OLIVEIRA, Rosilene Batista de. Os objetivos no ensino e o movimento de tecnologia educacional no Brasil: a importância da utilização. **Contexto e Educação**, Porto Alegre, v. 32, n.101, p. 193-211, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/.../5356>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

PEREZ, Patrícia Maria Périco et al. Práticas alimentares de estudantes cotistas e não cotistas de uma universidade pública brasileira. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 531-542, 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000200531&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 ago. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Avaliação de programas de assistência estudantil. **A Revista História, Movimento e Reflexão**, Barretos, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/%20article/view%20/22.%20Acesso%20em%2010.08.2016>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SILVA, Reijane Pinheiro; BRAGA, Cássia Araújo Moraes. Reserva de vagas nas instituições de ensino: reflexos sobre a verificação de fenótipo para os autodeclarados pretos e pardos. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 599-615, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/469/showToc>>. Acesso em: 6 ago. 2018

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-a-n%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%A2ncia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

STAKE, Robert E. **The art of case study research.** Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

TEIXEIRA, Suzana. M. F. Gomes. et al. **Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição.** São Paulo: Atheneu, 2004. 219p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Conheça a UFTM.** 2018b. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/institucional/conheca-a-uftm>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Pró-Reitoria de Administração. **Edital nº 17/2018 - Pregão eletrônico** : concessão de uso onerosa de área e equipamentos destinados à exploração dos serviços do Restaurante Universitário (RU) da UFTM. Uberaba: UFTM, 2018a. 90p. Disponível em: <<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=67&publicacao=4626>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Relatório de Gestão 2016.** Uberaba, 2017c. Disponível em: <http://www2.uftm.edu.br/proace/assistencia-em-numeros/relatorio>. Acesso: 17 jun. 2017.

_____. **Editais.** Uberaba, 2016. Disponível em: <<http://www2.uftm.edu.br/proace/assistencia-estudantil/programa-auxilios/pa-editais>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

_____. **Edital Nº 01/2017 - PROACE/UFTM:** Processo seletivo de alunos dos cursos de graduação para o Programa de Auxílios Financeiros da Assistência Estudantil. Uberaba: 2017a. 50p. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/bolsas/auxilio-financeiro-cursos-de-graduacao/editais-em-andamento>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

_____. **Edital Nº 01/2018 – PROACE/UFTM:** Processo seletivo de alunos dos cursos de graduação para o Programa de Auxílios Financeiros da Assistência Estudantil/2018. 1. ed. Uberaba: UFTM, 2018. 50 p. v. 1. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/bolsas/auxilio-financeiro-cursos-de-graduacao/editais-em-andamento>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Pró-Reitoria de Planejamento. **ANUÁRIOS.** 2017b. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/proplan/informacoes-institucionais/anuarios>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Restaurante Universitário. **Restaurante Universitário da UFTM inicia novo semestre com preços menores.** Uberaba, 2018c. Disponível em: <<http://uftm.edu.br/ultimas-noticias/1328-restaurante-universitario-da-uftm-inicia-novo-semester-com-precos-menores>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n. 2, p. 599-616, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

VIEIRA, Valéria Cristina Ribeiro et al. Perfil socioeconômico, nutricional e de saúde de adolescentes recém-ingressos em uma universidade pública brasileira. **Rev Nutr**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 273-282, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732002000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 set. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Av. Getúlio Guaritá, 159 – Sala 230 - Abadia – 38025-440 - Uberaba – MG

Tel: (34) 3700-6901 – auxilios.proace@uftm.edu.br

TERMO DE ESCLARECIMENTO

TÍTULO DO PROJETO: GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESTUDO DE CASO

JUSTIFICATIVA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA:

Diante de uma crise financeira e política instaurada no país, em que os recursos destinados à Assistência Estudantil não conseguem atender à atual demanda e, ainda, nem mesmo se tem a garantia da continuidade da Política de Assistência Estudantil, considerando que se trata de uma política de governo, faz-se necessária uma análise da forma como está sendo feita a gestão desses recursos, buscando sua melhor utilização.

Nesse sentido, como os recursos do PNAES destinados à alimentação podem ser melhor gerenciados, de modo a assegurar uma execução mais eficiente da política de assistência estudantil na UFTM?

Assim, este trabalho tem como objetivo compreender e descrever como é feita a gestão dos recursos do PNAES no âmbito da UFTM, destinados à alimentação, e identificar as dificuldades e desafios da gestão para propor melhorias que contribuam para a otimização dos recursos disponíveis.

PROCEDIMENTOS QUE SERÃO REALIZADOS E RISCOS:

As entrevistas serão gravadas, com autorização dos participantes mediante concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e transcritas na íntegra, mantendo a fidelidade das falas de modo a preservar a espontaneidade das falas e

obter informações importantes a respeito da assistência estudantil no âmbito da instituição.

Os participantes da pesquisa não serão expostos a situações de risco em nenhum momento da pesquisa, isto é, durante a coleta de dados, análise e/ou durante a divulgação dos resultados.

AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DA ENTREVISTA:

Autorizo a utilização da gravação da entrevista, para fins dessa pesquisa, e concordo com sua utilização em possíveis desdobramentos deste projeto de pesquisa.

Autorizo

Não autorizo

Ressaltamos que caso haja a necessidade de novos estudos, será necessária a aprovação prévia do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Instituição.

BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O PARTICIPANTE:

Os benefícios serão indiretos e relacionam-se com uma avaliação da realidade e da política de assistência estudantil na UFTM, no que se refere à alimentação, com o intuito de contribuir para as ações dessa política na instituição

BASES DA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA, CONFIDENCIALIDADE E CUSTOS:

Os participantes dessa pesquisa são voluntários e livres para interromper a participação a qualquer momento, sem justificar a decisão e isso não afetará o tratamento/serviço que estou recebendo. Os participantes da pesquisa não serão expostos a situações de risco em nenhum momento da pesquisa, isto é, durante a coleta de dados, análise e/ou durante a divulgação dos resultados. O risco de perda de confidencialidade será dissipado com a utilização de codificação que garante o anonimato dos participantes. As questões contidas nos protocolos de entrevista são simples e não induzem a constrangimentos.

Contato dos pesquisadores:

Pesquisador(es):

Nome: Marcelo Henrique Pereira

E-mail: marcelohenrique.adm@hotmail.com

Telefone: 34 9.8858-9287

Endereço: Av. Afrânio Azevedo, 218 - Santa Maria - Uberaba/MG.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

TÍTULO DO PROJETO: GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESTUDO DE CASO

Eu, _____, responsável pelo representado, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos o **representado** será submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará o tratamento/serviço que estou recebendo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo, “GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESTUDO DE CASO”, e receberei uma via assinada deste documento.

Uberaba,//.....

Assinatura do voluntário ou seu responsável legal

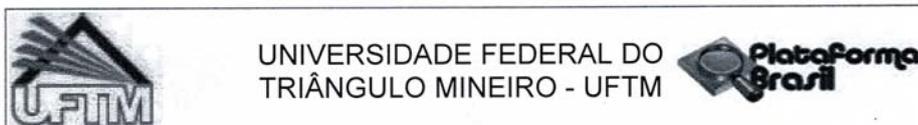
Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do pesquisador assistente

Telefone de contato dos pesquisadores: (34) 9 8858-9287 / 9 9976-2411

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6776.

ANEXO 2 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFTM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM

Plataforma
Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO DO RECURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADO À ALIMENTAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESTUDO DE

Pesquisador: DANIELA DE CASTRO MELO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 82483418.0.0000.5154

Instituição Proponente: Pro Reitoria de Pesquisa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.482.751

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores:

"TEMA EM ESTUDO: A expansão do acesso à educação superior que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil se dá, dentre vários fatores, à interiorização e criação de novas Universidades, resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Além do aumento quantitativo de alunos, devido à política de cotas, criada em 2012, houve um aumento ainda maior daqueles que são público-alvo da Assistência Estudantil. Dentro das áreas contempladas pelas ações da Assistência Estudantil, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como objetivo oferecer aos alunos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, assistência em relação à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à atenção à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, ao acompanhamento pedagógico, dentre outros (BRASIL, 2010).

Em contrapartida à expansão do número de vagas, o orçamento destinado à Assistência Estudantil, oriundo do PNAES, não conseguiu acompanhar a evolução da quantidade de vagas ofertadas nas IFES e muitas universidades precisaram limitar o número de auxílios financeiros concedidos e/ou diminuir o limite da renda familiar per capita dos alunos contemplados pela Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012).

Diante de uma crise financeira e política instaurada no país, em que os recursos destinados à

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

UF: MG

Município: UBERABA

CEP: 38.025-100

Telefone: (34)3700-6776

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 2.482.751

Assistência Estudantil não conseguem atender à atual demanda e, ainda, nem mesmo se tem a garantia da continuidade da Política de Assistência Estudantil, considerando que se trata de uma política de governo, faz-se necessária uma análise da forma como está sendo feita a gestão desses recursos, buscando sua melhor utilização."

PERGUNTA DA PESQUISA:

"Como os recursos do PNAES destinados à alimentação podem ser melhor gerenciados, de modo a assegurar uma execução mais eficiente da política de assistência estudantil na UFTM?"

Desenho da pesquisa:

"O presente estudo, quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que a partir da análise dos dados, objetiva-se produzir conhecimento sobre uma realidade específica e assim, fazer a elaboração de um plano de ação para aplicação prática referente à gestão do recurso do PNAES destinado à alimentação.

Em relação aos objetivos, trata-se de um estudo descritivo; e quanto aos procedimentos técnicos, será um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semi- estruturada. Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa constitui um estudo qualitativo."

Número de participantes da pesquisa:

"8 pessoas, sendo 6 servidores que participam da gestão do PNAES na UFTM e 2 servidores da comissão da gestão do RU".

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores:

"- Compreender e descrever como é feita a gestão dos recursos do PNAES no âmbito da UFTM, destinados à alimentação, e identificar as dificuldades e desafios da gestão para propor melhorias que contribuam para a otimização dos recursos disponíveis."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

"A pesquisa subsidia a formação de conhecimento sobre o Assistência Estudantil na UFTM. Assim, a pesquisa não apresenta riscos aos participantes apenas aquele relacionado à possibilidade de perda de confidencialidade que será evitada pela garantia do anonimato dos mesmos."

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-100

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6776

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 2.482.751

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância temática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de apresentação adequados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, o colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O CEP-UFTM informa que de acordo com as orientações da CONEP, o pesquisador deve notificar na página da Plataforma Brasil, o início do projeto. A partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestrais), assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado na reunião de Colegiado do CEP-UFTM em 02/02/2018.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_CEP_Marcelo_Daniel a.docx	26/01/2018 11:57:18	Raphael Ildio Arduini	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1058912.pdf	26/01/2018 10:51:36		Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto.doc	26/01/2018 10:51:05	DANIELA DE CASTRO MELO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Pedido_autorizacao_acesso_dados.pdf	26/01/2018 10:47:03	DANIELA DE CASTRO MELO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_CEP.pdf	26/01/2018 10:46:30	DANIELA DE CASTRO MELO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MARCELO_HENRIQUE_PEREIR A.docx	24/01/2018 19:16:59	DANIELA DE CASTRO MELO	Aceito

Endereço: Rua Madre Maria José, 122
Bairro: Nossa Sra. Abadia **CEP:** 38.025-100
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3700-6776 **E-mail:** cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 2.482.751

Folha de Rosto	Folha_Rosto_Plataforma_Brasil.pdf	24/01/2018 18:46:27	DANIELA DE CASTRO MELO	Aceito
----------------	-----------------------------------	------------------------	---------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 02 de Fevereiro de 2018

Assinado por:

Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-100

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6776

E-mail: cep@uftm.edu.br

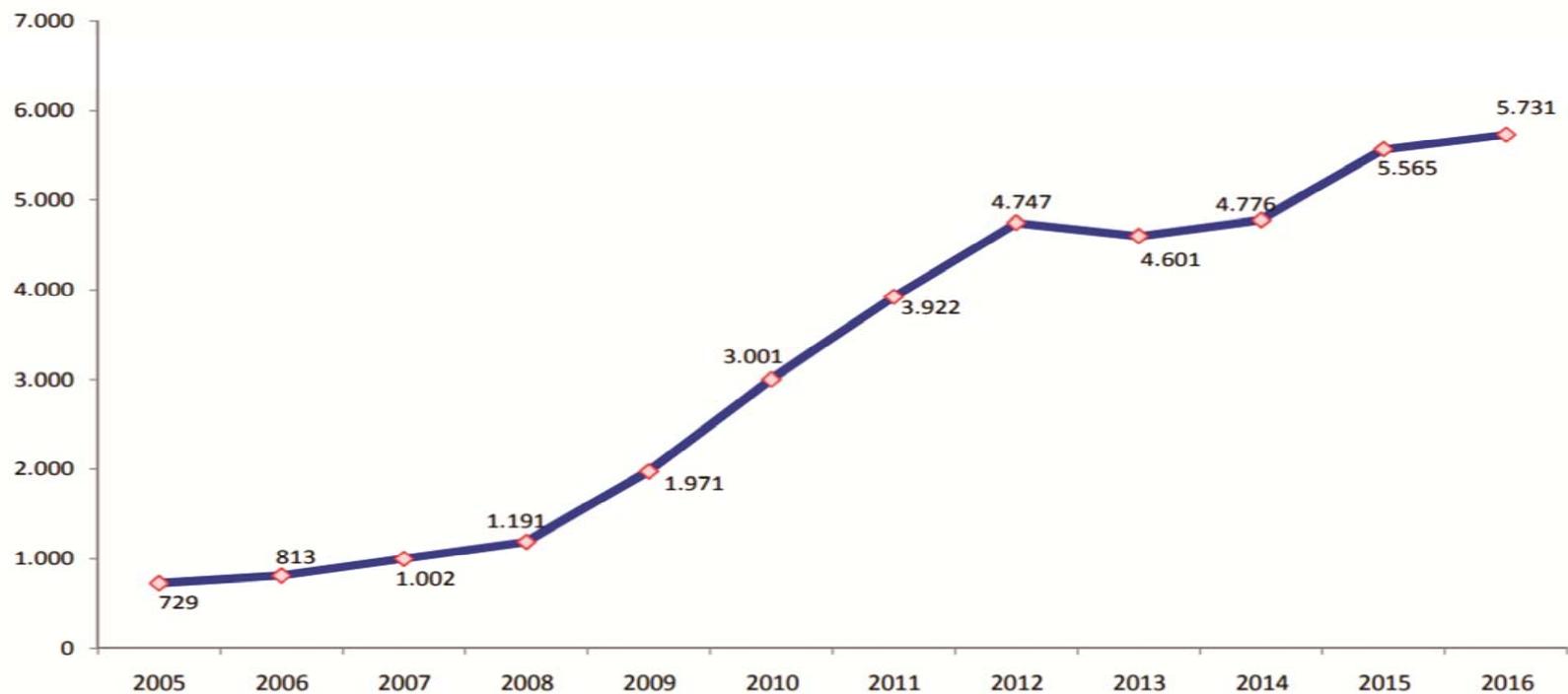
Página 04 de 04

ANEXO 3 - RELAÇÃO DO ALUNADO DA UFTM (ENTRE 2005 E 2016)

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ICENE	Lic.Ciências Biológicas	-	-	-	-	60	114	170	222	219	209	240	246
	Lic.Educação do Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	70
	Lic.Física	-	-	-	-	47	81	106	122	83	85	98	114
	Lic.Matemática	-	-	-	-	60	92	140	156	128	118	109	139
	Lic.Química	-	-	-	-	45	99	148	169	114	119	142	144
	Total ICENE	-	-	-	-	212	386	564	669	544	531	691	713
ICS / ICBN	Biomedicina	74	76	86	82	110	126	150	174	167	160	187	188
	Educação Física	-	-	-	-	59	118	166	213	204	211	241	228
	Enfermagem	159	155	168	168	193	216	234	248	237	249	282	296
	Fisioterapia	-	20	60	101	159	202	230	267	245	257	301	305
	Medicina	496	493	486	490	492	487	497	490	491	478	495	509
	Nutrição	-	20	59	99	156	201	227	259	237	242	236	242
	Terapia Ocupacional	-	20	59	94	153	192	211	232	173	175	173	179
	Total ICS	729	784	918	1.034	1.322	1.542	1.715	1.883	1.754	1.772	1915	1947
ICTE	Engenharia Ambiental	-	-	-	-	-	51	95	144	178	219	234	220
	Engenharia Civil	-	-	-	-	-	50	103	154	185	221	263	313
	Engenharia de Alimentos	-	-	-	-	-	50	93	132	139	174	179	170
	Engenharia de Produção	-	-	-	-	-	50	97	153	196	227	287	303
	Engenharia Elétrica	-	-	-	-	-	52	100	148	165	193	195	189
	Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	50	100	145	175	212	250	282
	Engenharia Química	-	-	-	-	-	51	101	151	193	223	261	276
	Total ICTE	-	-	-	-	-	354	689	1.027	1.231	1.469	1669	1753
IELACHS	Lic.Geografia	-	-	-	-	55	111	164	193	162	139	158	169
	Lic.História	-	-	-	-	57	114	159	209	187	176	198	222
	Lic.Letras Port/Espanhol	-	14	43	69	93	118	125	131	89	81	76	94
	Lic.Letras Port/Inglês	-	15	41	69	93	115	126	135	113	108	115	119
	Psicologia	-	-	-	19	79	141	201	261	297	286	313	330
	Serviço Social	-	-	-	-	60	120	179	239	224	214	234	221
	Total IELACHS	-	29	84	157	437	719	954	1.168	1.072	1.004	1094	1155
ITURAMA	Agronomia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44
	Lic.Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	64
	Lic.Química	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	55
	Total ITURAMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68	163
	TOTAL UFTM	729	813	1.002	1.191	1.971	3.001	3.922	4.747	4.601	4.776	5.437	5.731

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017b. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/proplan/informacoes-institucionais/anuarios>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Alunado dos cursos de graduação



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017b. Disponível em: <<http://www.ufm.edu.br/proplan/informacoes-institucionais/anuarios>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

ANEXO 4 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS NA UFTM ENTRE 2010 E 2016

Assistência Estudantil – auxílios concedidos

Tipo de Auxílio	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016			
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem		
Alimentação	350	375	441	456	486	508	381	721	795	823	1055	1178	1068	1256		
Moradia	-	-	-	-	95	127	177	254	348	456	607	704	674	791		
Transporte	Urbano	108	182	203	239	240	248	286	395	455	580		496	691	666	788
	Intermunicipal	-	-	-	-	-	03	03	03	03	03					
Permanência	-	-	-	-	-	-	43	89	153	220	114	-	153	171		

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2017b. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/proplan/informacoes-institucionais/anuarios>. Acesso em: 02 ago. 2018.